



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**A CIDADANIA DA POPULAÇÃO RURAL CAJAZEIRENSE
PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988
(1988-2024)**

CAIO HENRIQUE LUCENA DOS SANTOS

CAJAZEIRAS –PB 2024

CAIO HENRIQUE LUCENA DOS SANTOS

**A CIDADANIA DA POPULAÇÃO RURAL CAJAZEIRENSE PÓS
CONSTITUIÇÃO DE 1988 (1988-2024)**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Graduação em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de licenciada em História.

Orientadora: Prof. Dr^a Silvana Vieira de Sousa

CAJAZEIRAS – PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

| | |
|-------------|--|
| S237c | <p>Santos, Caio Henrique Lucena dos. A cidadania da população rural Cajazeirense pós Constituição de 1988 (1988-2024) / Caio Henrique Lucena dos Santos. – Cajazeiras, 2024. 73f. : il. Color. Bibliografia.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Silvana Vieira de Sousa. Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2024.</p> <p>1. População rural - Cajazeiras- Município – Paraíba. 2. História social. 3. História política. 4. Cidadania- construção histórica. 5. Movimentos sociais. 6. Política social- Cajazeiras- Paraíba. 7. Êxodo rural- Paraíba. I. Sousa, Silvana Vieira de. II. Título.</p> |
| UFCG/CFP/BS | CDU – 316.334.55(813.3) |

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

CAIO HENRIQUE LUCENA DOS SANTOS

**A CIDADANIA DA POPULAÇÃO RURAL
CAJAZEIRENSE PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988 (1988-2024)**

Aprovado em: 18/11/2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br SILVANA VIEIRA DE SOUSA
Data: 22/11/2024 19:44:13-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr^a. Silvana Vieira de Sousa

Orientadora



Prof.^o Ms. Francinaldo de Souza Bandeira

Examinador

Documento assinado digitalmente
gov.br LUCRECIO ARAUJO DE SA JUNIOR
Data: 22/11/2024 14:22:15-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^o Dr. Lucrécio Araújo de Sá Júnior

Examinador

Prof.^o Dr. Francisco Firmino Sales Neto

Suplente

CAJAZEIRAS – PB

2024

DEDICO

A Deus, pela minha existência;

Aos meus pais, pelo incentivo desde cedo;

E aos amigos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar por me possibilitar chegar até aqui;

A minha orientadora, Professora Dr^a Silvana Vieira de Sousa.

Por ter me guiado nessa pesquisa;

A todos os professores do Curso por fazerem parte da minha formação acadêmica;

Aos meus colegas de curso, em especial Giovanni, por estarmos juntos nessa jornada.

RESUMO

Esta pesquisa analisará a questão da cidadania da população rural de Cajazeiras-PB a partir da Constituição de 1988 (1988-2024). O Objetivo geral é entendermos em que contexto e porque as chamadas medidas cidadãs foram aplicadas para a população rural, sua eficiência e realidade prática, tendo a questão da Cidadania como o norte. Faremos uma contextualização histórica da Cidadania bem como da Constituição de 1988 a 2024, em seguida apresentaremos os dilemas vividos pela população rural cajazeirense, e por fim analisaremos as medidas políticas para a questão rural. Dado a importância do meio rural para toda a sociedade, esse trabalho tem sua relevância ao apontar desafios vividos pelo referido povo, e caminhar rumo a uma sociedade mais justa, contribuindo através do pensamento crítico para a tomada de ação política, que sempre teve nos movimentos sociais sua base. A metodologia se baseia na análise da história política por meio dos documentos como a Constituição de 1988 e os planos de governos como fontes, autores da história e nova história política, tais como: Jose Graziano, Jose Murilo de Carvalho, Raimundo Faoro principalmente, já que pensamos como problema social as raízes dessa Cidadania Incompleta.

Palavras-chave: História Social; História Política; Constituição de 1988; Movimentos Sociais.

ABSTRACT

This research will analyze the issue of citizenship of the rural population of Cajazeirense based on the 1988 Constitution. The general objective is to understand in what context and why the so-called citizenship measures were applied to the rural population, their efficiency and practical reality, taking into account the issue of Citizenship like the north. We will provide a historical contextualization of Citizenship as well as the Constitution from 1988 to 2024, then we will present the dilemmas experienced by the rural population of Cajazeirense, and finally we will analyze the political measures for the rural issue. Given the importance of rural areas for society as a whole, this work is relevant in pointing out challenges experienced by the aforementioned people, and moving towards a fairer society, contributing through critical thinking to taking political action, which has always been the case in movements social base. The methodology is based on the analysis of political history through documents such as the 1988 Constitution and government plans as theoretical support, authors of history and new political history, such as: Jose Graziano, Jose Murilo de Carvalho, Raimundo Faoro mainly, since we think of the roots of this Incomplete Citizenship as a social problem.

Keywords: Social History; Political History; Constitution of 1988; Social Movements.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----------|
| Figura 1: Gráfico da População Rural e Urbana da Região Metropolitana de Cajazeiras ----- | 23 |
| Figura 2: Mapa de Sítios da Zona Rural de Cajazeiras-PB ----- | 24 |
| Figura 3: Mapa do Município de Cajazeiras-PB ----- | 24 |
| Figura 4: Mapa da Mesorregião da Paraíba ----- | 38 |

Lista de Abreviaturas e Siglas

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT - Central Único dos Trabalhadores

EMATER- Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável

FCT- Fundação para Ciência e a Tecnologia

FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

MDS -Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MME - Ministério de Minas e Energia

MPT-PB - Ministério Público do Trabalho na Paraíba

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

PAD- Programa Água Doce

PNCF- Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNRA- Plano Nacional de Reforma Agrária

PT- Partido dos Trabalhadores

PROCASE - Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SAMU- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Cajazeiras - Paraíba

SUS- Sistema Único de Saúde

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UBS- Unidades Básicas de Saúde

UERJ -Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFPB- Universidade Federal da Paraíba

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UNESP- Universidade Estadual Paulista

UPA- Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| CAPÍTULO 1 – A Cidadania e sua Construção Histórica | 17 |
| 1.1- As Constituições do Brasil e a questão da Cidadania..... | 19 |
| 1.2 - A origem da problemática da seca e suas consequências | 20 |
| CAPÍTULO 2 – QUESTÕES POLÍTICAS E SOCIAIS DA ÁREA RURAL DE CAJAZEIRAS (1988-2024) | 23 |
| 2.1 - OS CORONEIS, O ESTADO E A TERRA..... | 26 |
| 2.2 - A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS EM CAJAZEIRAS E NA PARAÍBA | 31 |
| 2.3 - A PRECARIIDADE DA VIDA NO CAMPO: O ÊXODO RURAL NA PARAÍBA NO SÉCULO XX | 32 |
| 2.4 - DÉCADA DE 1970/1980: A INFLUÊNCIA DAS FEIRAS NA VIDA RURAL CAJAZEIRENSE..... | 34 |
| 2.5 - A ZONA RURAL DE CAJAZEIRAS NO SÉCULO XXI | 36 |
| CAPÍTULO 3 – A VIRADA CIDADÃ? POLÍTICAS SOCIAIS E INCLUSÃO DO MEIO RURAL DECAJAZEIRAS | 38 |
| 3.1 - A Constituição “Cidadã” de 1988..... | 39 |
| 3.2- Propostas para a questão rural dos Governos Municipais de Cajazeiras entre os anos 2013-2024..... | 42 |
| 3.3 - Governos Estadual na Paraíba e a Questão Agrária pós 1988 a 2024..... | 45 |
| 3.4 - A Questão Agrária no Brasil: UM PROBLEMA SOCIAL E POLITICO..... | 48 |
| 3.4.1 - Governo Federal: Ações Políticas para o Campo, de 1995 a 2024..... | 50 |
| 3.4.2 - Origens das formulações das ações políticas para o meio rural brasileiro.... | 55 |
| 3.4.3 - MST (Movimento dos trabalhadores Rurais sem Terra), ação e luta no século XX..... | 56 |

| | |
|--|-----------|
| 3.4.4 - A ausência de prioridade dos governos do Brasil na questão da agricultura familiar..... | 57 |
| 3.4.5 - O Agronegócio e o Pequeno Produtor Rural Brasileiro: Dilemas e Ações Política | 59 |
| 3.4.6 - Cajazeiras e a vida rural: Uma Cidadania Incompleta..... | 62 |
| Considerações Finais..... | 64 |
| REFERÊNCIAS..... | 67 |

INTRODUÇÃO

Nosso tema de pesquisa visa abordar a questão da Cidadania da População Rural Cajazeirense pós Constituição de 1988, até 2024. Para compreendermos qual nossa proposta, convém analisarmos o tema por partes, a começar pela Cidadania. O conceito de Cidadania é amplo e diverso, porém ficamos com seu conceito clássico e popular, que são os chamados direitos sociais, direitos políticos e direitos civis — conceito trabalhado pelo Historiador José Murilo de Carvalho. Devemos entender essa questão no período mais recente de nossa História, a República. Nesse sentido, Carvalho (2021) nos contribui muito sobre o tema ao abordar como a Cidadania foi tratada no período histórico mais recente.

Desde o momento da independência do país, passando pela primeira República, até o momento atual, o Brasil passou por vários momentos de sua História, no que tange um processo de evolução de garantias e construção de uma sociedade no cerne das questões envolto a Cidadania, em conceitos relacionado, como Democracia e República.

Segundo CARVALHO (2021), em 1822, o Brasil tinha se tornado independente de Portugal, mas esse promissor momento da História, deixava pouca parte da população, sem um mínimo de cidadania: população analfabeta, escravocrata, economia latifundiária, entre outras questões. Muito havia o que se evoluir no país, no âmbito de uma cidadania. Pensando nisso, o autor coloca a cidadania, como um processo de construção histórica, no que tange a questões de conquistas de direitos.

Em 1888, a abolição da escravidão no Brasil, seria um marco, ao menos teórico, para o início de uma cidadania, da qual muito tempo se passou para que ela pudesse surgir. No entanto, mesmo às portas da primeira República, iniciada um ano depois da abolição, vários problemas são identificados: a transição da monarquia para a república, era um chamado da democracia para uma construção de cidadãos, mas que passou "desapercebido" pela população, nesse sentido, Aristides Lobo (político e jornalista republicano) proclama a famosa frase " O povo assistiu aquilo bestializado". A capital do país na época, Rio de Janeiro, passava por várias questões que refletiam no país: um crescente aumento da população urbana, crise da economia agrária tradicional sobretudo no café, desemprego, além de um povo "alheio" as questões políticas que regiam suas vidas cotidianas, marcado sobretudo pelo alto índice de analfabetos e também de não votantes.

Com o passar do tempo, na chamada Segunda República, na Era Vargas, uma falsa sensação de evolução se fez presente, o país foi marcado no Estado Novo, por um forte período ditatorial, que suprimia parte da frágil cidadania do povo: os direitos políticos; momento paralelo com o governo militar iniciado em 1964.

Ainda segundo CARVALHO (2021), a constituição de 1988, trouxe consigo um avanço na questão da cidadania, mesmo assim, a estabilidade ainda estava em risco. Anos 2000, marcado por radicais mudanças políticas, melhorias de determinados cenários brasileiros, mas também marcado por sérios problemas, tais como: qualidade da educação pública, polêmicas e escândalos de corrupção, polaridades políticas, dentre outras questões.

Assim, podemos perceber que toda a História do Brasil República é marcada por desafios, problemas, e leves pontos de melhoras na questão da qualidade de vida dos cidadãos, essas e outras questões, nos colocam como observadores e experimentadores de uma cidadania incompleta.

Após falarmos um pouco sobre a Cidadania, nosso tema focando com a população rural cajazeirense, objetiva discutir a questão cidadã. Esse recorte de público específico se dá por basicamente dois principais motivos: 1) origens; 2) relevância nacional. O primeiro ponto é que a grande maioria de nós ou veio da zona rural de nossas localidades ou tivemos familiares que nasceram nessas localidades, sendo assim, falar da zona rural é falar de parte da História de muitos de nós, inclusive a minha. Paralelo a isso, o segundo ponto é que a relevância para todo o país que vem do setor rural é grande, pois é de lá que sai a base de nossa alimentação, e ao mesmo é um setor que, tendo no pequeno produtor, não é valorizado pela sociedade como um todo, tanto pela parte civil — que concentra nas cidades e grandes centros urbanos o foco da vida moderna —, quanto pela classe política, pelo seu baixo investimento nas garantias dessa população, como veremos no decorrer desse trabalho.

Ainda envolto ao tema temos a questão da Constituição de 1988, conhecida como "Constituição Cidadã", por ampliar os direitos da população, a usaremos como norte para entender como se porta o Estado com aqueles aos quais ele institui garantias legais, a saber a zona rural. Entender o que essa Constituição aborda sobre a questão rural para o país, e como é recebido nos estados e municípios, como isso é fornecido na prática, é de extrema importância para entendermos de onde viemos e onde estamos no que tange a questão de cidadania, e avanço nos grupos "minoritários" da sociedade. Dessa forma nosso objetivo de pesquisa buscará compreender o que dispõe as garantias legais para a população rural,

analisando dentro de seu contexto histórico, como está a realidade dessa população, delimitando na realidade de meu município, Cajazeiras, para podermos entender que Cidadania vivemos realmente. A partir desse objetivo maior, apontamos para os específicos: a saber entender o contexto em que as leis e ações políticas foram criadas, como elas foram implementadas para a zona rural, quais seus dilemas e para onde poderíamos caminhar.

Nossa área de pesquisa está focada na História política, o que para o Historiador René Remond (2003) é de vasta amplitude:

" ... não há hoje muitas realidades de nossa sociedade que a história política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais." (REMOND, 2003, p.36)

Diante dessa vasta amplitude da História Política nos direcionamos numa classe específica, a população rural.

Todos os setores e atividades da sociedade tiveram relação com o político, nesse sentido, a nossa função é fazer da questão política o ponto onde a maior parte das atividades da sociedade se conflui (REMOND, 2003)

As fontes que trabalharemos são a Constituição de 1988 como a principal, seguida de alguns planos de governos municipais, governos estaduais e governos federais. Também utilizaremos artigos, trabalhos acadêmicos de alguns dos autores que abordam a questão rural. à essa documentação soma-se meu conhecimento sobre a questão rural de Cajazeiras. Podemos citar alguns autores que analisaremos: José Murilo de Carvalho, Vitor Nunes Leal, Durval Muniz, Raimundo Faoro, José Graziano, entre outros.

Nossa metodologia será baseada na análise qualitativa de interpretação das fontes que mencionamos. Estamos falando de buscar nos referidos documentos, fontes de nossa pesquisa dados sobre o tema que estamos trabalhando, encontrar respostas para questões que nos ajudem a entender como, porque e em quais condições as ideias passadas foram implementadas, tudo isso dentro de um contexto histórico e crítico.

Nosso problema de pesquisa se dá justamente no fato de nos questionarmos e tentarmos entender que mesmo com a enorme relevância social e até econômica da zona rural,

e mesmo com as "garantias" legais seu valor não é notado, o que nos faz indagarmos sobre que tipo de evolução histórica tivemos, evoluímos realmente no que tange a Cidadania? Essa é uma questão chave em nosso trabalho.

Em minhas pesquisas sobre ações políticas para a população rural, tive dificuldades em encontrar os planos de governos, inclusive porque o de poucos foram achados. Não encontrar informações importantes mostra a pouca importância que se é dada a questão rural e seu povo e ao mesmo tempo, a forma como a política deve agir.

Como já mencionamos a relevância social do tema, a acadêmica se dá justamente por termos poucos trabalhos que tratam do assunto, e sempre analisando em áreas específicas, mas não analisando a questão rural com a questão da cidadania. Então, acredito que esse trabalho contribuirá para a explanação sobre o debate da questão rural, para compreendermos onde estamos, quais motivos levaram a isso, e para onde poderemos caminhar.

No primeiro capítulo, que tem como tema " A Cidadania e sua Construção Histórica", apresentaremos a pesquisa na história e como alguns autores a abordaram. Assim visará apresentar ao leitor o contexto histórico que envolve a questão da Cidadania, como se relaciona com a Constituição, bem como sua evolução histórica, chegando à questão da zona rural. Ele busca nos dar um plano de fundo do tema geral.

O segundo capítulo, é intitulado: "Questões Políticas e Sociais da Área Rural de Cajazeiras (1988-2024)". O objetivo do capítulo é apresentar a zona rural tema de nosso estudo, Cajazeiras, em aspectos como qual realidade rural se vive na cidade e quais seus desdobramentos.

No terceiro e último capítulo, temos: "A Virada Cidadã? Políticas sociais e Inclusão do meio rural de Cajazeiras". O capítulo é uma interrogação, e em seu título põe em dúvida a verdadeira evolução na questão do meio rural. Analisando alguns dos planos de governos em tempos de discussão das questões de cidadania, inclusão e o social urbano e rural como preocupação, veremos quando se teve evolução, até que ponto isso aconteceu, quais as causas, e qual o peso real de tudo isso para a Cidadania da zona rural cajazeirense.

CAPÍTULO 1: A Cidadania e sua Construção Histórica

Nossa pesquisa está focada em analisar a Cidadania da população rural cajazeirense no período que compreende de 1988 a 2024, sobre influência da intitulada “Constituição Cidadã” de 1988, como ela influenciou a vida social e política dessa população no decorrer do tempo.

As fontes que iremos trabalhar serão materiais como artigos, trabalhos acadêmicos, livros, jornais, artigos da constituição, planos de governos, bem como outros materiais que possam nos fornecer informações acerca da temática.

Quando falamos de uma comunidade específica, como é o nosso caso sobre o meio rural cajazeirense, estamos falando de setores da sociedade, por isso nosso foco está voltado a uma História Social, mas como conceito da historiografia, convém analisarmos um pouco sobre o que se entende sobre o mesmo.

Segundo o Historiador Jose D'Assunção Barros, a História Social, começa a ter uma conotação, de uma História de Contrastes das Instituições, sobre grupos sociais diversos, no contexto do surgimento da França no Grupo dos Annales. Depois, com o pensamento marxista, a História Social passa a ser uma espécie de consequência da história dos "modos de produção", que afetariam toda a vida, inclusive os aspectos sociais. Mais tarde, outras vertentes surgem sob a perspectiva do novo fazer historiográfico, a História Social, já no século XX, como um misto entre esses dois momentos, no qual a micro história, é evidenciada, e trabalhada com outras áreas da História, ressaltando as questões que tangem a sociedade.

Dessa forma, falar de História Social, é falar também do meio rural, no nosso caso o cajazeirense. Existindo assim em vários de nós, inclusive em mim, uma identificação com esse meio: seja por questões familiares e de origem, seja pela base material que é desenvolvida ali que sustenta toda a sociedade, ou até mesmo pelo “esquecimento” por parte das autoridades políticas. Assim torna-se extremamente necessário falar sobre esse assunto, inclusive pela escassez dessa temática de fórum local.

ROLIM (2015) em seu TCC nos fala sobre o meio rural, de uma comunidade cajazeirense específica, analisando a questão dos resíduos sólidos. Já CONCEIÇÃO (2005) em sua pesquisa menciona quais foram as estratégias de sobrevivência no meio rural

cajazeirense a partir de um assentamento e comunidade específica. GONÇALVES (2018) em sua monografia mostra a questão da educação infantil no nosso meio rural.

Há aqueles que são mais regionais, tais como: SANTOS (2000), ARAÚJO (2001), e FERREIRA (2000), por exemplo.

O trabalho de FERREIRA (2000), aborda a questão do meio rural na paraíba, mas, sob a ótica da força de trabalho feminina nos anos de 1960-1991, através da ótima da modernização da agricultura. Já a escrita de ARAÚJO (2001), aborda a questão do meio rural paraibano nos anos 90, porém sob o olhar das migrações entre o meio urbano e rural, suas origens e implicações. O de SANTOS (2000), aborda o meio rural paraibano, com foco no brejo, em questões de economia ligada agricultura familiar.

Enfim, cada um destes, e todos os outros que já falaram sobre o meio rural de cajazeiras, abordam dentro de uma temática bem específica. Nossa proposta, porém, vai na contramão, ao pesquisarmos sobre a nossa zona rural, em um espaço e tempo específico, buscando pensar a temática sobre análise da vida em seus aspectos sociais e políticos, bem como a luz da constituição federal como normativa da vida e da identidade de um cidadão. Ou seja, propomos uma análise do meio rural cajazeirense, no que se refere a seus dilemas, e ações políticas que já foram impostas, e seus reais impactos na vida dessa população.

Nesse sentido, se falamos sobre meio rural, falamos de sociedade, mas também de Constituição e Cidadania, Estado, e Política como um todo. Por isso, convém analisarmos, nesse momento, o que se entende por História Política.

Segundo o Historiador René Remond, a História Política não está voltada a fatos de curta duração, mas a um coletivo de tempos que se combinam de maneira instantânea e lenta, refletindo sobre as formações políticas, ideológicas e os fenômenos políticos; nesse sentido, entendemos que ao invés dela se centrar no governante, ela se volta ao Estado e a Nação.

A História política de hoje não é a mesma de antes, pois quando no passado, ela narrava vários fatos imperiais, atualmente se volta a história da sociedade a partir de aspectos políticos na dinâmica dos jogos do poder.

Pode-se dizer que ela é pluridisciplinar, pois tem influências de várias outras áreas: sociologia, psicologia social, direito público, ciência política, linguística, entre outras.

A abrangência dos estudos da História política é vasta, como afirma REMOND (2003):

" (...) não há hoje muitas realidades de nossa sociedade que a história política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais." (REMOND, 2003, p.36)

1.1 – As Constituições do Brasil e a questão da Cidadania

História Política e História Social são a base de nossa pesquisa. E como já mencionamos, ao falarmos do meio rural cajazeirense, a partir do final do século passado, tomaremos como principal ponto crítico a Constituição de 1988, chamada de "Cidadã", a palavra chave que norteia nossa discussão: Cidadania. Dessa forma, vale apenas ressaltar seu contexto histórico.

No Brasil, tivemos na Constituição de 1891, que marcava o início da República no país, um momento inicial de anúncio legal da concessão de Cidadania em um regime “democrático”. Todos os nascidos no Brasil, e mesmo estrangeiros com um tempo, eram considerados cidadãos, e deviam ter acesso aos direitos básicos legais. No entanto, tal discurso ainda ficava no campo teórico, pois tínhamos uma maioria de uma população analfabeta, rural e pobre; excluídos da participação , e eleições controladas por apadrinhados políticos. A grande maioria daquela população não tinha nenhuma noção sobre voto ou o que fosse um governo representativo, afirma CARVALHO (2021). Essas informações nos mostram que não importa apenas o carácter teórico da lei, mas sua efetividade e alcance as pessoas.

Uma das formas mais comuns de saquear a Cidadania na época, era a relação do voto, por ocasião do Coronelismo, que vigorou no Nordeste Brasileiro, pela grande concentração de produção de açúcar. Todos os direitos, seja de propriedade, de manifestação, integridade física, ficava controlados nas mãos do coronel, falar em Cidadania na época, era uma falácia na prática.

Ainda segundo CARVALHO (2021) a falácia da Cidadania, se transmitia também na “letra da lei”, pois a própria Constituição de 1891, havia, por exemplo, retirado a obrigação do Estado de fornecer educação primária, da anterior de 1824. Ela também proibia o Estado de interferir na regulamentação do trabalho, ou seja, aquele que deveria zelar por conceder a Cidadania, o Estado, fazia o contrário. E por mais que houvessem revoltas, tais se davam em

lutas contra um senso comum de arbitrariedade das autoridades, e não por um senso comum de cidadania, pois esta era uma “cidadania em negativo”.

Segundo GOMES (1991) e LOHN (2023), a Constituição de 1934, é colocada como uma forma de avanço na questão da Cidadania, pois trouxe marcos históricos, como uma maior abrangência do direito ao voto e de leis trabalhistas. Vale apenas ressaltar que vários grupos ainda ficaram de fora do acesso ao voto, tais como: analfabetos, mendigos, soldados, padres, e que tanto a ampla divulgação de uma cidadania republicana, que trouxe várias revoltas, e até mesmo a implementação dessas leis trabalhistas nesse momento, tiveram apoio de grupos conservadores da política na época, e que vislumbravam uma manutenção das estruturas do Estado e seu fortalecimento, e não necessariamente um desejo de garantir qualidade de vida.

A Constituição de 1988, denominada a “Constituição Cidadã”; recebe esse nome devido ao fato de ampliar os direitos para a população, tais como saúde, educação, trabalho, entre outros. Além dessas questões, a Constituição atual também expandiu o direito ao voto que anteriormente ainda era limitado. No entanto, até que ponto essas garantias legais chegaram a população? Questões econômicas, desigualdades, falta de serviços públicos básicos de qualidade, segurança, todos esses e outros agravam os direitos que formam o sentido de Cidadania, garantida pela própria Constituição de 1988. Como afirma CARVALHO (2021): “A democracia política não resolveu os problemas...”

Por isso, falamos em Constituição e Cidadania, como algo limitado pois por mais avanços que houveram, os direitos que compõem uma cidadania ainda não são plenos. Toda essa situação, foi e ainda é vivida nas comunidades mais pobres, sobretudo as rurais, de nossa região, inclusive cidade, conforme propomos discorrer nessa pesquisa. Como o contexto em que se situava o meio rural cajazeirense no final do século passado para este século, pode ser inserido nesse contexto, de questões legais, cidadãs, sociais e políticas.

1.2 – A origem da problemática da seca e suas consequências

Quando falamos do meio rural de cajazeiras, há uma questão comum que sempre foi o principal dilema, no nosso Estado, bem como em todo o Nordeste: a questão da seca, que por mais que discorreremos melhor sobre essas vivências no próximo capítulo, precisamos entender as tramas que envolvem essa questão da seca.

Segundo o Historiador Durval Muniz, até antes de 1877-79, o problema da seca não interessa aos interesses públicos, e a partir dessa data ganha sua atenção, sendo que desde o período colonial que ele assola a população, esse problema está compreendido para além de uma simples questão ambiental ou regional, mas também política, econômica e social. Mas, porque todo o foco em torno da seca de 1877/79 a ponto de chamar atenção do Estado, sendo que se formos falar de números, a seca de 1825 matou mais pessoas do que a de 1877 (14,4% x 13,9%)?

Em 1877, o "Norte" (como era chamado o Nordeste) passou por uma forte crise econômica, com a queda nos preços das exportações do algodão e açúcar e mão de obra escrava para o Sul. As Elites que também controlavam a política perderam espaço na política, sendo agravada pelo descontentamento popular, com a seca, a situação toda se agravou, pois, migrações, fomes, passaram a ser muito mais comuns, logo tal situação chamou atenção dos políticos.

E os problemas só aumentavam, quem era dono de escravos teve que se desfazer por ocasião da crise, quem tinha seus eleitores de "cabresto" também perdeu, até as eleições em 1878, em algumas províncias não aconteceram; os governos locais constantemente tinham que recorrer a ajuda do governo central, epidemias, aumento no número de saques provocado pela falta de alimentos.

Quem não migrava, e ficava, era submetido na maioria das vezes, aos trabalhos em obras públicas em troca de cestas básicas, sendo vigiados e sitiados num determinado local, fato que deu à luz aos chamados "campos de concentração da seca", situação que foi se repetindo nas secas futuras, como a de 1915, que é largamente ilustrado na obra "O Quinze" de Rachel de Queiroz.

Muitos que conseguiam serviço público, logo usavam de desvio de dinheiro para se beneficiar, motivando a focar atenção para a seca, com fim de que se recebesse mais verbas do governo central e pudessem ser desviadas para seus benefícios próprios. E assim como a questão anterior, esses acontecimentos se repetiram nas secas posteriores, como a de 1915, 1930, etc. A expressão que melhor ilustra essa realidade, é a chamada por Durval de "Industria da Seca".

Como chama atenção em seu estudo, O principal motivo que dá a seca de 1877 uma visibilidade nacional, e chama atenção do governo central, foi o fato de que as elites nordestinas perderam muito com ela, seja em poder ou financeiramente, e que juntamente

com a divulgação da imprensa chama atenção da política nacional, um problema que até aquele momento era tratado como local.

Mesmo naquela época, e até os dias atuais, a seca foi tratada como problema apenas de ordem natural, desconsiderando todo seu contexto histórico, muitas vezes proposital, para afastar os olhos da responsabilidade do Estado sobre o tema, bem como mascarar as práticas mesquinhas e corruptíveis que se evidenciam por trás do problema. Outro afastamento da real situação, segundo Durval foi feita pela Igreja, colocando a questão da seca como uma demonstração da ira divina sobre os pecadores.

Então, percebesse que a seca foi usada para tirarem vantagem política e econômica, sobre o pretexto de estar "cuidando do povo", não somente na seca de 1877, mas na seca de 1915, 1930, e todas outras do século passado, e continua, sobre novas roupagens até os dias de hoje. O meio rural é o que mais sofre com péssimas condições de vida, seja em anos de seca ou não. Onde está a "garantia histórica" que prometeu a Constituição de 1988?

A situação é evidenciada pela sua dura realidade, e para mostrarmos como se encontra ainda hoje a realidade rural, não só de nossa cidade, mas de todo o Estado, temos, em 2015, segundo O G1, de acordo com dados do Atlas da Extrema Pobreza das Regiões Norte e Nordeste do Brasil, produzido pelo FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada); 87% dos Paraibanos que vivem no meio rural estão em condição de pobreza ou extrema pobreza, quem vive com renda mensal de 140 e de 70 reais por pessoa. Na Paraíba em relação em total de habitantes, 43 % vivem em pobreza ou extrema pobreza, tendo quase 30 % de sua população residente em meio rural. E no decorrer dos anos a situação pouco melhorou.

Sendo assim, o Brasil, um país que historicamente mantém uma grande concentração de terras nas mãos de poucos, o que resultou num avanço nos índices de desigualdade sobretudo para o meio rural, o que ocasionou fome e a imediata necessidade de diversas migrações entre o meio rural. O que no decorrer do próximo capítulo aprofundaremos melhor essas questões.

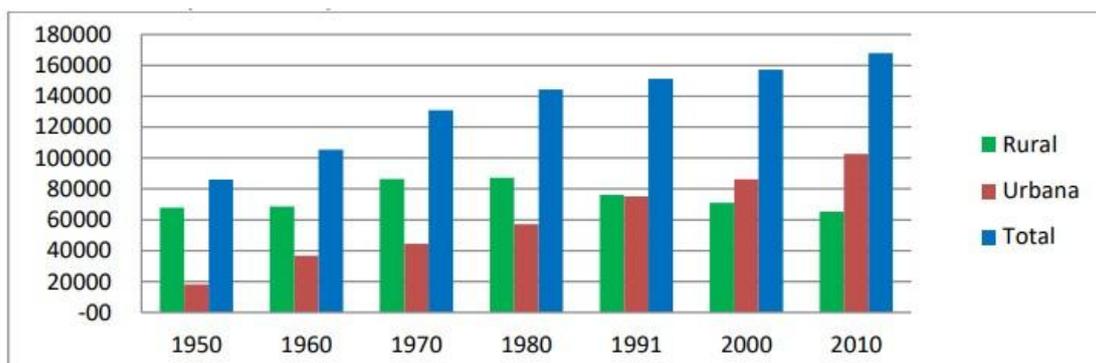
Capítulo 2: QUESTÕES POLÍTICAS E SOCIAIS DA ÁREA RURAL DE CAJAZEIRAS (1988-2024)

Neste capítulo apresentaremos o espaço da zona rural de cajazeiras-PB, tendo de 1988 a 2024, a delimitação de tempo do meu estudo, e conforme os dados conseguidos durante pesquisa.

De acordo com o censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) — pois não tivemos essa informação no censo de 2022—, a população da zona rural de cajazeiras era de 10.945, de um total de pouco mais de 58 mil habitantes. Atualmente a população total é de 63.239. Houve um crescimento da população, mas, acredito que a população rural tenha diminuído, dada as condições e realidades por ela vivida, conforme explicaremos melhor no decorrer do capítulo.

A realidade de queda da população rural é algo histórico, que podemos perceber no gráfico abaixo, que contabiliza a população rural e urbana da Região Metropolitana de Cajazeiras (que envolve outras cidades):

Figura 1: Gráfico da População Rural e Urbana da Região Metropolitana de Cajazeiras



Fonte: IPEADATA (2015)

Percebemos que a quantidade de habitantes rurais caiu pós década de 1980, por fatores que dialogaremos posteriormente.

No mapa abaixo, temos algumas localidades (circuladas em vermelho) da zona rural de cajazeiras:

Figura 2: Mapa de Sítios da Zona Rural de Cajazeiras-PB.



Fonte: Google Maps. 2024

Muitos são os locais que compõe a zona rural da cidade, tendo a parte urbana localizada no centro do mapa, conforme podemos ver no mapa a seguir mais detalhado:

Figura 3: Mapa do Município de Cajazeiras-PB.



Fonte: IBGE 2022

Podemos ver a região em branco como sendo do município de Cajazeiras, com seus sítios e distritos, cercando a região ao centro em vermelho (a zona urbana). Através desses mapas, podemos perceber a quantidade de pessoas que moram fora da zona urbana do nosso município.

A zona rural de Cajazeiras começa em 1767 com o primeiro Sítio Chamado Cajazeiras - também chamada de Fazenda Cajazeiras. Na ocasião, José Jerônimo de Melo — governador da capitania da Paraíba —, doou parte de suas terras a Luiz Gomes de Albuquerque, um pernambucano que havia herdado essas terras por sesmarias.

A partir daí o espaço foi evoluindo até formar o que se tem hoje. Segundo o mapa do IBGE de 2022 (na figura 3), contabilizamos 42 sítios na cidade, entre Cajazeiras e Engenheiro Ávido, distrito, são eles: prensa; lagoa queimada; boi morto ;duvidoso; papa mel; penha ;serra vermelha; marias pretas; guaribas; santa Onofre; azevem; cachoeira dos cocos; cocos; batateira; cachoeirinha ;rudado; cabeça da onça; caiçara dois; caiçara um; terra molhada; patamuté; queimadas; serra vermelha; anjelim; bé2; matutos; jardineiro; javigor; capoeira; catolé dos corrós; catolé dos Gonçalves; almas; vaca morta; Zé dias; balsamo; cochos; araras; Calixto; pé de serra; picadas; riacho do meio; e serragem.

Como o distrito de Engenheiro Ávidos é pertencente a zona rural de Cajazeiras, faço aqui um destaque para falar um pouco sobre essa localidade, por causa de suas particularidades, que nos ajudam a entender melhor os desafios da questão rural.

Segundo o Censo de 2010— o último dado específico da quantidade habitantes —, o distrito tinha cerca de 3928 pessoas, o que representava pouco mais de 6% da população municipal da época — número que provavelmente aumentou no decorrer do tempo —, que tem sua história começada no século passado.

Com as atividades do governo para as frentes de emergência, na Paraíba sobretudo na década de 1920. A agricultura era a forma de subsistência dos moradores da localidade. O local foi se desenvolvendo por ocasião da construção do açude, como estradas, formação de cemitério, serviços de saúde, fixação de novas moradias, etc. A economia cresceu, junto com a quantidade de pessoas.

Pós construção do açude, o desenvolvimento do local se estagnou, com a diminuição da economia, e a conseqüente saída de muitas pessoas do lugar. A atividade comercial que passou a se vigorar no Distrito passou a ser a pesca artesanal, seguida da

agricultura, onde quem planta, vai para a zona urbana do município vender seus produtos. Em paralelo também com as formas de renda provenientes do governo federal, como aposentadoria — realidade praticamente universal em toda zona rural de Cajazeiras. Assim, a realidade desse Distrito é "mista" como aponta Oliveira:

" Em suma, o Distrito se modernizou, mas ainda conserva vestígios do passado, principalmente marcas que resistiram ao tempo e reacendem anualmente, seja através do inverno ou da seca." (Oliveira, 2017, p.42)

O Distrito com os dilemas enfrentados é só um exemplo de uma comunidade específica dentro de várias que compõe a zona rural de Cajazeiras, que nos faz compreender os desafios que a população ainda enfrenta.

Um povo que sempre ficou à margem de sua dignidade tem como raízes uma profunda desigualdade histórica, sobretudo quando falarmos da relação com a Terra e a política, na figura dos chamados “Coronéis”, convém endentemos um pouco sobre isso.

2.1- OS CORONEIS, O ESTADO E A TERRA

Segundo Carvalho (2022), no final do século XIX, com a chamada República Velha, por decisão do Presidente Campos Sales, se cria a "política dos governadores", em termos claros, uma espécie de submissão do governo local ao federativo, nesse contexto, se vigora os chamados "coronéis", latifundiários que mantinham relação estreita com o governo para fins próprios. Esse poder dos "coronéis" foi muito forte e influente, sobretudo no interior da Paraíba como um todo, conforme afirma CARVALHO:

"No interior do Estado, a relação entre os chamados “coronéis” constituía a base para o crescimento e afirmação das oligarquias. Sob essa ótica, a República acabou favorecendo alguns grupos privilegiados, pois esses coronéis que já influenciavam na política desde os tempos coloniais, tiveram seu domínio ampliado (...)“ (CARVALHO, 2022, p.18)

A relação entre os "coronéis" e o governo se dava em termos práticos pelo apoio financeiro, político e militar do governo estadual a esses latifundiários em troca do seu apoio nas eleições para tirarem vantagem própria, e também para tentar conter as massas rurais que estavam dispersas pelo interior do Estado, por ocasião das crises, como as secas, em migrações, em busca de melhores condições. A situação era assim, na nossa região, no Estado, e no País como um todo, pois as primeiras décadas do século XX são marcadas pela concentração populacional no meio rural, em atividades agrícolas e submissão aos atos coronelistas. Pois muitos ficavam refém de suas mãos, sobretudo quando esses donos das terras ofertavam trabalho, pagando pouco, causando endividamento e conseqüentemente "prisão" dos trabalhadores rurais a seus trabalhos, garantindo também a vitória nas eleições de quem eles (os coronéis) apoiassem, o que causava essa forte relação entre governo e setor financeiro — o que ainda se vê nos bastidores da política, seja ela local ou nacional, mesmo que em menor número do que naquela época.

Conforme aponta Raimundo Faoro (2001), a relação entre setor financeiro e Estado no Brasil é antiga, desde a chegada dos portugueses ao Brasil, pois o governo imperial ao passo que "governava", usava sua Colônia como forma de expansão da riqueza. Passando pelo Coronelismo até os dias de hoje, o setor financeiro "dita" a condução desse Estado, sendo claramente percebido pelos altos privilégios que a Elite ainda tem, em detrimento do que coloca como direito a Constituição para seu povo, e de como esse povo realmente recebe esse direito e o vive. Essa relação é bem explanada, como diz o próprio Faoro:

"O estamento burocrático, fundado no sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado, adquiriu o conteúdo aristocrático, da nobreza da toga e do título. A pressão da ideologia liberal e democrática não quebrou, nem diluiu, nem desfez o patronato político sobre a nação, impenetrável ao poder majoritário, mesmo na transação aristocrático-plebeia do elitismo moderno. (...) O Estado, pelo cooptação sempre que possível, pela violência se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu estado-maior. (...) E o povo, palavra e não realidade dos contestatários, que quer ele? (...) A lei, retórica e elegante, não o interessa. A eleição, mesmo formalmente livre, lhe reserva a escolha entre opções que ele não formulou" (FAORO, 2001, p.885,886)

Na década de 1980, com o avanço da seca, e consequente piora nas condições de vida da população rural em todo o Estado, "depende" de intervenção governamental era, às vezes, a única solução, dada as precarizações das condições de trabalho nessa relação entre "coronéis" e trabalhadores, como afirma CARVALHO (2022):

"Apesar da tradição agrícola, a posse das terras estava concentrada nas mãos de poucos fazendeiros que tinham as maiores propriedades, aquelas com terras mais adequadas ao plantio. Os agricultores deviam pagar uma renda ao dono da propriedade. No início de 1979, quando os efeitos das estiagens prolongadas já eram sentidos pelo interior da Paraíba, vindo a se confirmar a seca alguns meses depois, ao sertanejo que ficava no município e decidir enfrentar as dificuldades, restava somente se submeter à exploração do trabalho por parte daqueles que ainda estavam em melhor situação. ” (CARVALHO, 2022, p. 30)

Segundo José Graziano da Silva (1980), sempre houve "desculpas" para que o acesso digno a terra por meio da reforma agrária não acontecesse. Se hoje é o argumento da "invasão de propriedade privada", na década de 1950 foi que o foco na agricultura minaria o desenvolvimento industrial — o que não aconteceu, ao contrário. Hoje a questão se agravou ainda mais do que foi no passado, e atingiu um nível global, como afirma o autor:

"Não são mais apenas os velhos coronéis do Nordeste. Os grandes latifundiários, hoje, são também os bancos e as grandes multinacionais(...)" (SILVA, 1980, p.40)

O "Coronelismo" continua a existir hoje sobre novas formas, nas conduções do interesse privado dentro e em torno do Estado, como aponta Vitor Nunes Leal:

"A rarefação do poder público em nosso país contribui muito para preservar a ascendência dos "coronéis", já que, por esse motivo, estão em condições de exercer, extraoficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes." (LEAL, 2014, p.62)

Em torno desse "novos coronéis" está a importação do que se produz no campo brasileiro, especulação de muitas terras que apenas existem para dar lucro, expulsão de muitos trabalhadores de suas terras, o que leva a muitos a viverem de qualquer forma nos meios urbanos, o que piora os vários índices de problemas sociais, tais como a questão energética, ecológica, indígena, e de todas as desigualdades regionais, conforme aponta nessa direção Jose Graziano da Silva. Em torno disso tudo está envolta a questão da cidadania e democracia, como bem afirma o autor

" (...) o futuro da agricultura brasileira depende basicamente do futuro da democracia brasileira."(SILVA, 1980, p.41)

Na prática, sabemos que a agricultura, no que diz respeito ao pequeno produtor ainda não recebe a devida atenção, inclusive por ela impactar todas as demais áreas, seja antes do desenvolvimento industrial, ou seja depois. José Américo de Almeida, já enxergava essa realidade quando falava da situação da Paraíba, ao escrever em 1923:

"Do desenvolvimento da agricultura e da pecuária depende um maior movimento de progresso e decorrerão outros aspectos para nossa atividade geral. São esses os fundamentos de nossa vida própria. Sua prosperidade alentará o comércio e criará novas energias na multiplicidade de nossas revelações. (ALMEIDA, 2024, p.495)

Historicamente no Brasil, a posse e acesso a terras, se deu por disputas de poder e privilégios sociais. Primeiro, pelas capitânicas hereditárias, depois com a concessão de sesmarias — que consistia na concessão de cartas de sesmaria, a quem pudesse tornar a terra produtiva, quem ficava responsável por isso, os sesmeiros, geralmente homens ligados a nobreza —, e a Lei de Terras de 1850, que deixava para trás a divisão rural do País de pequenas propriedades para o latifúndio. Nesse sentido, como afirma RODRIGUES (2018):

"... constrói uma sociedade que terá, entre os elementos da base de sua constituição, a concentração de terra, riqueza e poder, a escravidão e a violência". (RODRIGUES, 2018, p.117)

Esse poder nas mãos de poucos, essa oligarquia, tem sua origem relacionada com o Segundo império, segundo a Historiadora Linda Lewin:

"(...) resultando do casamento de um sistema eleitoral nacional com os clãs parentais, os quais, por volta do final do período colonial, expandiram-se energeticamente, absorvendo as grandes propriedades fundiárias da sociedade rural e as populações dela dependentes. O Surgimento dos partidos políticos na década de 1840, impeliu para a esfera pública do município as famílias extensas poderosas, transformando "clãs parentais em clãs eleitorais"... As grandes famílias começaram a abranger municípios inteiros e tornaram-se, ao nível local, os mais importantes segmentos dos partidos políticos nacionais. " (LEWIN, 1993, p.14)

E entrando na República, passando pelos governos, tanto civis quanto militares, chegando na redemocratização, até a atualidade, essa Herança Colonial persiste até hoje, como por exemplo dados do IBGE de 2017. Segundo o estudo, 73% da área agrícola do Brasil está ocupada por grandes proprietários, enquanto os demais 27% está ocupada por pequenos proprietários. Reafirmamos essa verdade, com a colocação de Lewin:

"... a política oligarquia, sob muitos aspectos, sobreviveu à Era das Oligarquias e continua a ser uma força significativa inclusive no plano nacional..." (Lewin, 1993, p.6)

Assim, cria-se um "Estado patrimonialista", com desigualdades, que afastam a construção de uma sociedade que de verdade, possa ser chamada de democrática. Nesse sentido, como afirma José Murilo de Carvalho:

"A desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática" (CARVALHO, 2021, p.207)

E acrescenta:

"... A precária democracia de hoje não sobreviveria a espera tão longa para extirpar o câncer da desigualdade." (CARVALHO, 2021, p.207)

2.2 - A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS EM CAJAZEIRAS E NA PARAÍBA

Segundo o STR de Cajazeiras (Sindicato dos Trabalhadores Rurais), a cidade na época — estamos falando do final da década de 1960 para 1970 —; encontrava com suas terras concentradas nas mãos de uma minoria, os latifundiários — assim, como em todo o Estado e Nordeste. Eles concediam as terras para os agricultores trabalharem e produzir alimentos, tais como milho, feijão, arroz e outras culturas da região, no entanto, o principal produto cultivado na época que no final da colheita garantia a subsistência das famílias no período seco era o algodão, muito valorizado independente se a safra era boa ou não.

Com exceção dos anos de seca, a produção era boa, porém, muitos trabalhadores tinham débitos com os proprietários que ficavam para serem acertados após a colheita — débitos esses por ocasião das condições de vida difíceis. Após a colheita, esse débito era descontado, e eles recebiam a sua parte. No entanto, nos anos de seca, os trabalhadores ficavam presos aos latifundiários para que a conta fosse acertada no ano anterior, mas, os preços dos alimentos eram avaliados pelo valor que os proprietários queriam pagar, o ocasionava que esses trabalhadores sempre ficavam presos aos seus patrões, se vendo obrigados a ficarem na propriedade, e tendo seus "chefes" como aqueles que de fato ganhavam com a situação toda.

Porém, tal situação gerava revolta em muitos trabalhadores, que se recusavam, muitas vezes, a dividirem a colheita, acabavam sendo expulsos das terras sem direito nenhum, e até ameaçados. Isso motivou muitos, tanto eles próprios, quanto outros trabalhadores mais jovens, a não quererem mais esse tipo de vida, assim, muitos saíam da zona rural para a urbana da cidade, e outros iam para outros Estados, em busca de melhores condições de trabalho e de vida.

Segundo Macedo (2018), com o avanço da industrialização brasileira, principalmente a parte dos anos de 1970, houve uma descentralização, ou seja, a instalação em várias cidades brasileiras, inclusive do Nordeste brasileiro.

O incentivo se dava também por parte do governo, como a exemplo os programas de desenvolvimentos da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) nas décadas de 1960 a 1980, em que a industrialização ficou garantida, sobretudo as grandes

idades foram as mais beneficiadas, fator que juntamente com outros vai influenciar o êxodo rural, ou migração do "homem" do campo, do Nordeste, inclusive da nossa localidade. Sobre esses "outros fatores" Macedo nos fala:

"Entende-se que outros fatores contribuíram para o processo de urbanização nordestina. Além do auxílio da SUDENE que ocasionou um grande número de fluxos de trabalhadores rumo às cidades, notadamente também a falta de investimentos, por parte dos governantes, nas áreas de pequenas produções agrícolas, ou seja, na agricultura familiar, bem como a não realização de uma reforma agrária ampla (...) Todo esse conjunto de fatores somados a ideologia reinante da cidade (sobretudo as grandes) como o lugar privilegiado das oportunidades, capaz de proporcionar melhorias de vida para todos, ocasionou um grande êxodo rural." (MACEDO, 2018, p.20)

Segundo Silva (2004), na Paraíba como um todo, a produção do açúcar levou muitos a optarem pela zona urbana ao invés da rural. Em todo o Brasil, inclusive em toda a Paraíba, essa população é majoritariamente rural até meados dos anos de 1960-1970.

No Estado Paraibano, somente após 1970 — tendo nas cidades de interior, como Cajazeiras uma retardação —, que as indústrias receberam investimentos maiores para se instalarem, o que aumentou a população urbana, diminuindo a rural, ou seja, se intensificam o êxodo rural.

2.3 - A PRECARIÉDADE DA VIDA NO CAMPO: O ÊXODO RURAL NA PARAÍBA NO SÉCULO XX

Segundo Menezes (1985), as migrações do sertão paraibano — que notadamente envolve nosso campo de pesquisa —; para São Paulo (um dos principais lugares que se direcionavam os migrantes), tem início na década de 1930, e foi estimulada pelo Estado, como uma transição entre regiões menos dinâmicas financeiramente falando, para regiões em que a força de trabalho requerida era maior. Os migrantes geralmente faziam esses trajetos pelo grau de parentesco ou amizade que possuíam com algumas pessoas do seu lugar de

destino; mantendo informações com quem ficava — geralmente por cartas —, sobre a viabilidade, ou não de novas migrações das pessoas do seu meio.

Vale apenas ressaltar que o Papel do Estado em fornecer as passagens para as viagens estava mais ligada em atender os interesses dos latifundiários do que da população que sofria com as necessidades básicas, conforme nos diz LOPES (1976):

"O aliciamento a concessão de passagens e o encaminhamento dos trabalhadores às fazendas, foram, entre outras as formas principais do Governo Paulista manifestar seu interesse em atender à fome de braços dos fazendeiros do Estado." (Lopes, 1976, p.59)

Ainda segundo Menezes, parte das migrações não se dava diretamente somente por questões de trabalho, mas de tratamento de doenças, que pelo desenvolvimento e parentescos que muitos tinham em São Paulo, era mais viável. Além de São Paulo, outros destinos muito comuns era Brasília e Bahia.

Além do fator seca, as migrações ocorriam também pela busca de melhores condições de trabalho, e "fuga" das precárias condições em que viviam. Assim, a "Luta" coletiva não era o foco, mas sim, ir em busca de "melhores" condições. Conforme aponta Menezes, a fraca atuação dos sindicatos era o principal motivo da ausência de organização dos trabalhadores que migravam.

A limitação na atuação dos sindicatos, pode ser explicada, em parte, pela limitação do total de sindicalizados, inclusive por fator religioso, pois em muitas correntes do cristianismo — principalmente da ala mais conservadora —; existe um afastamento ou desfoque de envolvimento em questões de movimentos sociais/políticos, por, na visão de vários, causarem um distanciamento do real objetivo do "cristão" que seria "espiritual", e não "secular". Claro, que esse é um, dos "n" fatores que podem surgir quando falamos da baixa força dos sindicatos.

Na década de 1970, as migrações adquirem dimensões significativas, como aponta Patarra (1983):

"os movimentos migratórios da última década assumiram algumas características novas: (...) há indícios de movimentos contínuos, sem nítida

área de destino: ou seja, os deslocamentos se sucedem em múltiplas tentativas, com considerável migração de retorno, ou o prosseguimento para outras áreas, configurando a significativa expressão de "migrante profissional".(Patarra, 1983, p.48)

As migrações, acontecem em larga escala, como estratégia de sobrevivência, representada pelos jovens, homens ou mulheres, como sustento da família, em outros casos, do homem casado por um certo período, depois retornando a sua origem (mas mantendo a família com envio de dinheiro), ou trazendo a família para o novo local, e em outros casos, a migração da família toda.

Os trabalhos dos migrantes se constata majoritariamente nas construções civis, depois indústria, no geral, para grande maioria com baixa escolaridade: trabalhos braçais. Mesmo dado os baixos salários, ainda era vantajosa a cidade grande, do que as condições na de sua origem, no campo.

Dessa forma, com o agravamento da seca por um lado, mas o desenvolvimento produtivo por outro, levando a estímulos de força de trabalho de grandes cidades do País, e vendo na sua terra natal e rural as baixas condições, os trabalhadores migravam. No destino, têm que lidar com qualquer condição de trabalho colocada, para manter sua sobrevivência, por isso que no momento em que conseguem alguma oportunidade na cidade de origem (atrelado a questões afetivas) retornam para seu lugar natal, outros, fazem o retorno, mesmo sem essas condições, visando no "trabalho por conta", uma forma de escapar das explorações que encontraram nos grandes centros urbanos do país.

2.4 - DÉCADA DE 1970/1980: A INFLUÊNCIA DAS FEIRAS NA VIDA RURAL CAJAZEIRENSE

Falar da zona rural de Cajazeiras, é falar também de uma questão que foi um marco, sobretudo no século passado na vida dos moradores e trabalhadores rurais da cidade: as feiras. Elas foram uma realidade social e econômica na vida rural — que se estendeu para a urbana —, na cidade de cajazeiras no século passado.

Segundo Santana (2017), as feiras passam a existir por meio da pecuária. No Nordeste, como um todo, as feiras se originam com as feiras de gado, que tinham por objetivo

fornecer alimento e transporte para o povo, chegando até o interior do Nordeste. Motivada pela adaptação do gado as condições climáticas do sertão, a criação de gado se sobressaiu a produção agrícola, dada a escassez de água da região. Dessa forma, surgem muitos povoados dada a necessidade de encurtar as viagens dadas com as feiras de lugar para lugar tendo que fazer paradas.

Em cajazeiras, com o desenvolvimento da urbanização no século XX, aumentasse a necessidade do comércio, daí as feiras se desenvolvem com mais notoriedade aqui. Parte dessa urbanização, bem como reflexo na economia, trazida pela feira em Cajazeiras, se deu pelo cultivo de algodão, item importante do comércio entre Brasil e Europa na época. Percebemos nesse contexto de cultivo de algodão, feiras (que circulavam alimentos, ferramentas, roupas, etc.) como ato de suprir a demanda local, o papel forte do homem do campo cajazeirense que o século passado trouxe, algo minimizado no presente século dado ao desenvolvimento produtivo, de grandes lojas de comércio que passam a surgir, o que impacta diretamente na economia do "homem" da zona rural de nossa cidade, pois a demanda de produtos locais cultivados na zona rural, diminui. E na verdade, começa a diminuir desde a década de 1970, com o surgimento dos Supermercados nas cidades menores do Brasil, como afirma Santana:

"(...). Podemos considerar que os supermercados tiveram sua contribuição para o esvaziamento da feira, já que está oferece de uma forma mais concentrada os produtos que também vendem na feira, os supermercados, trouxeram a agilidade cada vez mais exigida no mundo globalizado, onde as pessoas buscam cada vez mais realizar as atividades cotidianas com mais rapidez." (Santana, 2017, p.52)

Mesmo assim, as feiras trouxeram no século passado um aumento significativo da economia na cidade, com seu auge até a década de 1970, que aos poucos vai diminuindo no decorrer do século, e chegando a nossa presente época, em que para o "homem" da zona rural, viver da feira, ou do trabalho na roça, não é mais suficiente para suprir suas necessidades, dado ao nível de vida que nos impõe o capitalismo na sua fase atual.

2.5 - A ZONA RURAL DE CAJAZEIRAS NO SÉCULO XXI

Segundo SOUZA (2017), no século passado a principal atividade econômica da zona rural da cidade se dava pela agricultura, como plantio de milho, arroz e feijão; mas também pelos engenhos de cana de açúcar – que foram extinguindo-se no decorrer do tempo. O algodão, como já mencionamos, foi também uma forte fonte de renda, que no decorrer do tempo caindo, e tem na atualidade a agropecuária e agricultura como atividade econômica, o que não é suficiente para sua subsistência, como nos diz:

"(...) a maioria das famílias já não dependem mais diretamente da agricultura para sua sobrevivência, sendo que, a maioria trabalham no comércio da cidade mais próxima — Cajazeiras — e os mais jovens [em diversas atividades externas, entre elas,] na venda de confecções em outros estados brasileiros, realizando várias viagens ao longo do ano. Muitas pessoas... também vivem de ... [renda] do governo federal, como [o] bolsa família e a aposentadoria." (Souza, 2017, p.28.)

Sendo assim, falar sobre a zona rural de cajazeiras na atualidade, é falar de realidades difíceis. A renda para a sobrevivência vem mais de trabalhos na parte urbana ou programas governamentais (aposentadoria, auxílios), tendo a roça como uma pequena parte dessa renda. Dado ao avanço da modernidade, e lentidão dessas realidades no meio rural, seguido das questões financeiras, e de segurança, a população é pequena, em comparação com certas épocas do século passado. Os investimentos públicos quando ocorrem, ainda não são suficientes para cobrir a demanda da população rural, tais como saúde, educação e infraestrutura. Os que vivem na zona urbana, mesmo com suas dificuldades, se encontram em melhores condições. Nesse sentido, a cidadania da população rural de nosso município se encontra em retrocesso, uma "Cidadania Incompleta", como diria o historiador José Murilo de Carvalho.

Ao falar da situação da seca quando escreveu em 1923, José Américo de Almeida diz:

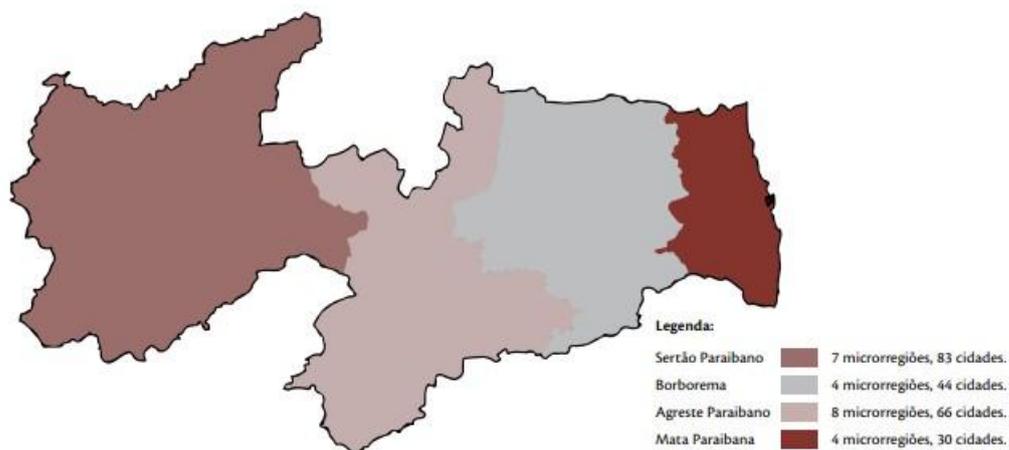
"Quanta riqueza e quantos milhares de vidas teriam sido poupados, se os poderes públicos, induzidos pela experiência de outros desastres, tivessem utilizado metodicamente em melhoramentos preventivos a soma que foi despendida nos três anos terríveis para salvar uma parte dos flagelados."
(ALMEIDA, 2024, p.266)

Mesmo falando de uma questão específica, o trecho nos ajuda a perceber que toda a situação difícil que envolve a vida da população rural, pode ser cada vez mais minada, se houver comprometimento com a causa por parte dos governos. Sobre isso, falaremos melhor no próximo capítulo, no que se refere as medidas governamentais para tal situação, bem como seus efeitos advindos pós constituição cidadã.

Capítulo 03: A VIRADA CIDADÃ? POLÍTICAS SOCIAIS E INCLUSÃO DO MEIO RURAL DE CAJAZEIRAS.

Cajazeiras está situada na mesorregião do Sertão Paraibano, dentro da Região Semiárida do Estado, conforme podemos ver no mapa abaixo:

Figura 4: Mapa da Mesorregião da Paraíba



FONTE: GERÊNCIA EXECUTIVA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DA PARAÍBA

Naturalmente, a região está envolvida numa área mais sujeita as estiagens, que se tornam secas, se prolongadas. Esse fator naturalmente já agrava a situação não somente da região, mas principalmente de quem vive na área rural, como do nosso município, objeto desse estudo. Quando combinamos esse fator, com o pouco investimento público ao longo da história temos um cenário de caos que deixam a vida dessa população mais pesada.

3.1- A Constituição “Cidadã” de 1988

Tendo na Constituição de 1988, conhecida como “Cidadã”, nossa principal fonte, convém entendermos um pouco sobre ela. Após o fim do período militar em 1985, Tancredo Neves é eleito, via colégio eleitoral, o primeiro presidente civil pós ditadura militar. Porém com a sua morte antes de assumir o cargo, seu vice assume: Jose Sarney. Esse momento marcava o início da chamada "redemocratização", que só foi "completada" em 1988 com uma nova Constituição. Depois de Direitos básicos serem violados e negados durante o regime militar, uma nova Constituição se fazia necessária por interesse de toda a sociedade civil. Por marcar esse momento "democrático" e não somente tentar trazer de volta os direitos básicos, mas também amplia-los, que "o documento de 1988" foi chamado de Constituição Cidadã.

Em uma Assembleia Nacional presidida pelo deputado Ulysses Guimarães e composta por 559 parlamentares, um novo documento foi elaborado, e promulgado em 5 de outubro de 1988, surgia uma nova Constituição, com um misto de ideais progressistas e conservadores.

Ela é composta por cerca de 250 artigos, dividida em 10 títulos, abrangendo assuntos diversos: os fundamentos da República; direitos e garantias do indivíduo, organização político administrativa, atribuição dos poderes, regulação da atividade econômica, deveres do Estado, entre outros.

A Carta Magna de 1988 trouxe à tona novos avanços, tais como: liberdade de expressão, criação do SUS (Sistema Único de Saúde), proteção ao meio ambiente, garantia de direitos trabalhistas, entre eles o direito a greve e liberdade sindical, entre outros. Vale apenas ressaltar que o que a Constituição outorgou como direitos, bem como de leis anteriormente e posteriormente a ela que foram criadas, só foram uma resposta da organização da sociedade civil por meio dos movimentos sociais que lutaram pelos seus direitos e garantias, tendo no poder político apenas a concretização teórica desses direitos, que foram conquistados pela sociedade civil.

No que tange aos direitos sociais, o artigo 6º é essencial:

"São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. EC nº90/2015" (BRASIL, 1988, Art.6)

Ou seja, a constituição regula as demandas sociais arrumando, melhorando e respondendo aos problemas de cada área. Se pensarmos nos capítulos anteriores, a questão rural em tempos de constituinte é perpassada por problemas estruturais: concentração de terras, exploração e precarização da vida no campo, o que foi causa da migração e fuga do homem do campo.

Sobre o meio rural, temos alguns artigos que tratam da questão, como Artigo 5º inciso 26, que contribui para a "preservação" da pequena propriedade rural:

"à pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento." (BRASIL, 1988, Art.5.XXVI)

Temos no Artigo 184, o seguinte:

"Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social..." (BRASIL, 1988, Art.184)

Perceba que essa é a regulação e resposta mínima da questão agrária, e ao mesmo tempo problemas estruturais que ainda são enfrentados pelo homem do campo, por ausência de uma política que garanta o que a lei coloca, a saber a necessidade de uma verdadeira reforma agrária.

Dentro da "Reforma agrária" o artigo 191 da continuidade ao assunto ao tratar da questão do "usucapião" rural:

"Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou

de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade."
(BRASIL, 1988, Art.191)

Como vemos, os artigos 184 e 191 dão base legal aquilo que o movimento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra) e os movimentos sociais colocavam como luta. Mais adiante falaremos sobre isso.

Tendo no meio ambiente a base para a atividade agrícola, cabe sua preservação, como uma forma de "garantir" a atividade rural, conforme Artigo 225:

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."(BRASIL, 1988, Art.225)

Na opinião da Historiadora e atual Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a Constituição de 1988 tem um importante papel na questão do meio ambiente:

" Diferente das constituições anteriores, A constituição de 1988 tratou da questão ambiental como direito fundamental do ser humano(...) Nesse sentido, a Carta é um marco(...) até por desafiar o universo jurídico a lidar com novos conceitos e significados. " (LIMA, s.d, p.13)

Contudo, na prática, a questão agrária não é tratada como interesse e grau de direito que garante a "Carta Magna". Podemos confirmar essa afirmação, com a opinião do Doutor e Professor em Direito Agrário e Ambiental Luiz Ernani Bonesso:

"(...) O certo é que a reforma agrária no Brasil ainda caminha timidamente, havendo apenas a aplicação de planos pouco audaciosos, mais pela pressão do movimento dos sem-terra do que propriamente pelo interesse governamental(...) ainda não podemos afirmar que a reforma agrária seja uma realidade no Brasil." (ARAÚJO, 2001, p.120)

Posto isto, analisaremos quais políticas sociais para o meio rural foram implantados pós 1988 até atualidade (2024).

3.2 - Propostas para a questão rural dos Governos Municipais de Cajazeiras entre os anos 2013-2024

No município de Cajazeiras, em nossa pesquisa, encontramos apenas 3 propostas de governo de prefeitos, as mais recentes: de 2013 a 2024 — dentro do site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e em demais acervos. Diante disto não teremos como analisar planos de governos anteriores, problemática essa que tentaremos abordar mais adiante no capítulo.

A primeira proposta, de 2013-2016, foi da prefeita Denise Albuquerque. Ela está dividida nas seguintes áreas: Saúde, Educação, Planejamento e Infraestrutura, Desenvolvimento Humano e Social, Desenvolvimento Rural, Desenvolvimento Econômico, Esporte e Bem-Estar, Juventude e Lazer Cultura e Políticas Públicas. A área foco de nossa discussão é o "Desenvolvimento Rural.

"Fortalecimento da Secretaria de agricultura; Dotação orçamentária própria da Secretaria de Agricultura; Colocar a frente da Secretaria profissionais da área; Ter políticas e ações produtivas e não de infraestrutura (estradas); Ações voltadas para as potencialidades locais e APL; Construção de um núcleo móvel de assistência técnica e patrulha rural mecanizada; Criação de unidades de produção de sementes; Incentivo a quem produz; Criação de feiras de agricultores familiares e agroecológicas[e] Programa de incentivo a comercialização de produtos" (Cajazeiras (PB), 2012, n.p)

Percebemos que as ações focam mais numa "manutenção" imediata da situação rural, inclusive de descrições pouco especificadas, não tendo uma política que foque na estrutura do meio rural.

A próxima proposta de governo é do prefeito José Aldemir, de 2017 a 2024. Esses planos se apresentam como focados na questão da sustentabilidade e dignidade humana. As ações se dividem nas seguintes áreas: Emprego, Trabalho e Renda; Infraestrutura e

Mobilidade Urbana; Agricultura e Meio Ambiente, Saúde, Desenvolvimento Humano; Criança e Adolescente; Combate a Lgbtfobia; Igualdade Racial; Política para as Mulheres; Educação; Política Pública para Animais; Juventude, Esporte e Lazer; Gestão administrativa e Gestão política.

Como várias são as propostas, dentro da questão da agricultura e meio ambiente destacaremos as principais, como:

"Promover a agricultura familiar incentivando à produção de hortaliças(...); Construção de Barragens Subterrâneas (...); incentivar a produção rural do pequeno agricultor com oferta de linhas de créditos(...); fortalecer o Sistema Municipal de Meio ambiente[e] Delimitar e arborizar a APP do Açude Grande(...)" (Cajazeiras (PB),2020, p.10,11)

As propostas dessa vez em comparação a primeira que apresentamos se encontram mais especificadas e com uma larga abrangência pelo que podemos notar. No entanto, em termos práticos poucos são os efeitos na vida da população rural.

Não somente na gestão atual, mas nas anteriores, o que se destacaram como medidas foram: instalação de UBS(Unidades Básicas de Saúde) e escolas rurais, bem como uma certa manutenção nas estradas desses locais — que me parece ações na esteira das políticas federais, planejadas para todo Brasil.

Vale apenas ressaltar que essas medidas planejadas para todo o País foram pensadas como forma de não poder ignorar a pressão popular e de movimentos sociais que sempre lutaram por uma vida digna, ou seja, o que está no "Papel" é um reflexo da mobilização nacional da sociedade civil.

Não identificamos um plano de ação focado em fornecer incentivos ao trabalho rural, e conseqüentemente melhorar efetivamente a vida nessas localidades. O próprio fato de se terem poucas escolas no meio rural, e os alunos terem que se deslocar para a cidade para estudar, é visto por vários especialistas em educação como algo negativo; como afirma CALDART (2003), ao mencionar sobre a situação:

"é a escola que deve ajustar-se em sua forma e conteúdo, aos sujeitos que dela necessitam; é a escola que deve ir ao encontro dos educandos, e não o contrário" (CALDART, 2003, p.63)

A questão das UBS é outro fator, pois como o próprio nome sugere, se trata de atendimento médico básico, sendo casos mais urgentes, havendo a necessidades de deslocamento para a UPA (Unidade de pronto Atendimento) ou Hospital, o que mesmo com a presença do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) — que é financiado entre o municipal, estadual e federal —, as próprias estradas rurais que são prejudicadas em parte pelas chuvas, dificultam a passagem. Então percebemos a pouca efetividade, das poucas medidas que existem no município.

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico, formulado em 2019, que projeta ações que envolvem a área rural, em 2020, existiam cerca de 12.023 moradores da zona rural, com projeção de quase 18 mil em 2040. Logo se percebe a crescente necessidade de foco na localidade, evoluindo ao passo em que a população cresce. Vale apenas ressaltar que até financeiramente, essas localidades são de suma importância para o município, pois parte dos alimentos ainda são produzidos no meio rural local — por mais que a maioria venha de fora.

Segundo esse mesmo plano municipal, entre 2020 até 2035 são esperados um investimento no abastecimento de água rural com cerca de 850 mil reais. Para Esgotamento Sanitário de 650 mil, e de 100 mil para drenagem de águas. Convém aguardarmos se de fato as melhorias serão sentidas pela população rural; pois a situação ainda tem muito o que melhorar.

Temos no município, o projeto não criado pelos governos, de produção de polpas de frutas na Associação dos Produtores Rurais da Região de Boqueirão de Cajazeiras, na zona rural, mais precisamente no sítio coxos. Ele foi apoiado mais diretamente pelo Ministério Público do Trabalho da Paraíba que destinou cerca de 243 mil para o desenvolvimento, em 2023. Por parte da secretaria municipal desenvolvimento rural e meio ambiente, o que constam os registros, foram de visitas nas instalações da produção, e incentivos teóricos e verbais que envolveram a Câmara Municipal em 2019.

No mesmo ano de 2023, por meio dos recursos do MPT-PB (Ministério Público do Trabalho na Paraíba), foi inaugurado no mesmo lugar, o "laboratório de Produtos Naturais

da Caatinga", que aproveita caroços de cajá para a produção de alimentos e até de enxaguante bucal. Não encontramos em nossas pesquisas, uma presença ativa do governo municipal no projeto, e como um todo: uma ausência de foco na zona rural de nossa cidade.

3.3 - Governos Estadual na Paraíba e a Questão Agrária pós 1988 a 2024

Na ocasião, analisaremos as ações políticas dos governos do Estado pós Constituição de 1988 até o presente momento (2024) que conseguimos encontrar em nossas pesquisas. Para governo do Estado, encontramos apenas os planos de governo de 2019-2026, do governador atual João Azevedo, através do site do TSE e em quaisquer outras fontes. Falaremos de algumas ações políticas para o meio rural anteriores a esse período (2019) que conseguimos encontrar.

Podemos destacar algumas medidas pontuais no Governo de Tarcísio Burity, que atual como chefe do executivo estadual entre os anos de 1979 a 1982 e 1987 a 1991. Segundo o Jornal "A União", de 8 de julho de 2009, temos as seguintes ações:

"Construção da barragem Lagoa do Arroz em Cajazeiras; Distribuição de cabras e vacas leiteiras com pequenos agricultores em Cajazeiras e Antenor Navarro; Implantação de creches emergencial, na zona rural" (Especial Burity: A união. p.05/2009)

Outro destaque no Estado, foi desde de 1997(no governo de José Maranhão-1995 a 2002) quando foi criado o Projeto Cooperar, que visava medidas que fomentassem o desenvolvimento rural, por meio de programas com diversas atuações: sistemas de irrigação; saneamento básico, creches, açudes reservatórios, entre outros. No decorrer do tempo, o projeto foi expandido e sofrendo alterações. Em vários estados do Nordeste existem projetos com mesmo objetivo, só com nomes diferentes.

As secas sempre foram algo, infelizmente corriqueiro na vida do nordestino, sobretudo do rural paraibano, bem como nosso município. As medidas estaduais para "combater" essa situação, giraram em torno de: abastecimento de água por meio de carros-pipas; perfuração de poços; construção de cisternas, barragens subterrâneas; entre outras ações de menor porte.

Temos do governo estadual de 2003 a 2009, na gestão de Cássio Cunha Lima apenas uma referência no jornal “A União” de 2006, em sua edição de 12 de maio, trazendo algumas ações do governador da época, para o meio rural do Estado. Os focos estavam na infraestrutura, como construção e estradas e barragens em cidades próximas a capital; promessa de investimento para o saneamento e eletrificação rural e investimento na Emater (Instituto de inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável), como é notado nesse trecho do jornal:

"A Emater tem atuado em programas como o de Agricultura Familiar(...) O órgão também distribuiu 500 toneladas de sementes de algodão, milho e feijão no Sertão do Estado(...)" (Investimentos: A união. p.2,3,4,7/2006)

Desde 2014 (gestão de Ricardo Coutinho), o governo da Paraíba tem o projeto Procase (Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú) que visa investir na agricultura, visando mitigar os efeitos da pobreza rural. Nessa primeira fase do projeto, temos apenas 56 municípios contemplados nas regiões do Cariri, Seridó e Sertão. A Segunda fase do Projeto, que já teve seu planejamento começado esse ano, visa expandir as ações para os 223 municípios do Estado. Contudo, a ação do projeto, segundo o próprio governo do Estado, visa fortalecer os produtores que já existem e tem fortes índices de crescimento. Ele não é um olhar geral para todos aqueles que estão no campo, quer sejam os que estão em crescimento, quer sejam os que estão em dificuldades, ou iniciando.

Adentrando no plano de governo que encontramos (João Azevedo- 2019 a 2026), temos seu primeiro plano de governo focado em eixos temáticos: o primeiro focado na questão da educação, saúde, segurança pública, Cultura e Esporte. O Eixo II analisa a questão da sustentabilidade, como meio ambiente e a agricultura. E o Eixo III agindo na infraestrutura e economia.

Podemos citar algumas medidas desse primeiro plano de governo na questão da agricultura:

"Promover ações articuladas para a implementação de Comunidades Rurais Sustentáveis; criar programa de estímulo a adoção de tecnologias e inovação

na Agricultura Familiar; Propiciar a ampliação da renda dos empreendimentos qualificados como da agricultura familiar e os pequenos e médios estabelecimentos não qualificados. (Paraíba, 2018, p.9,10)

Paralelo a esse Plano de governo temos o segundo, de 2023 a 2026. Semelhante ao primeiro, esse está dividido também em eixos temáticos. O primeiro diz respeito a Educação, Saúde, Segurança pública, Diversidade, Habitação, Esporte, entre outros. O Segundo Eixo foca na questão da sustentabilidade, como agricultura, meio ambiente, indústria, turismo, empreendedorismo etc. E o último eixo sobre ciência, tecnologia, Desenvolvimento entre outros assuntos afins. Vejamos algumas ações sobre a Agricultura presente nessa segunda proposta de governo:

"Impulsionar o cultivo do arroz vermelho no vale do Piancó(...); Ampliação do Plano Estadual de Agricultura de Baixo Carbono(...); fomentar a revitalização da cultura do algodão, junto aos produtores familiares(...)[e] apoiar e incentivar o Programa de Dessalinização em propriedades de produtores familiares(...)" (Paraíba, 2022, n.p)

Nesses dois planos vemos medidas mais robustas no que tange a questão agrícola. No entanto visualizamos o mesmo problema que mencionamos nos planos municipais que citamos: o pouco efeito, apesar de existir, na vida da população.

Por mais importantes que sejam essas e as ações que já citamos, e mesmo verificando uma maior quantidade, do que as que analisamos a cunho municipal, elas ainda se encontram de maneira lenta, para que a vida na comunidade rural possa ao menos se equiparar a urbana — o que também é muito deficitária para os mais pobres, mesmo em um nível abaixo que a rural.

Ao passo que podemos perceber pouca efetividade em medidas, e uma continuidade de problemas estruturais rurais básicos, vemos que toda a conjuntura de ações sempre é utilizada pelos políticos como marketing de seus governos, isso atrelado a um povo com pouco conhecimento crítico e de seus direitos, montasse o cenário para o "teatro" da atuação, progresso e dedicação da função pública, distante pela prática, de muitos que reverberam em seus discursos políticos. Nesse sentido, ROCHA (2015) nos fala, ao analisar

apenas a questão da seca na Paraíba, mas expandimos essa aplicação para os diversos dilemas que envolvem a população rural:

"... a seca é ainda uma questão atual, mas continua sendo referenciada por situações do passado. Essas heranças podem ser percebidas por nossos políticos que ainda se utilizam da seca como problema para obtenção de vantagens próprias." (ROCHA, 2015, p.43 e 44)

3.4 - A Questão Agrária no Brasil: UM PROBLEMA SOCIAL E POLITICO

A zona rural, ou agricultura familiar, nunca foi o foco dos governos, que desde a época do governo imperial teve as terras brasileiras nas mãos de poucos. No decorrer do tempo, avanços foram feitos nessa questão, mas de baixa intensidade, conforme destacaremos as principais ações para a área rural, de que certa maneira impactou a vida das comunidades rurais do nosso município, por razões óbvias de estarmos inserido nesse Ente Federativo. A própria Constituição de 1988, podemos citar como uma "medida", como afirma CATTELAN et al:

"Pós redemocratização os movimentos sociais voltaram a atuar livremente e, com novos projetos, pressionaram a inserção da função social da terra como condição para a utilização de terras no Brasil." (CATTELAN ET AL.2020, p.141)

Dessa forma, caso a função não fosse identificada, o Estado desapropriaria a terra. Isso permitiu que diversas terras fosse colocada nas mãos das pessoas que lutaram e ainda lutam pelo direito de ter esse acesso, como o movimento MST. Porém, de maneira pouco interessada pelos governos, esse tema foi discorrido, e muitas são as terras hoje em dia que não cumprem a função social.

Em 1996, tivemos a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com objetivo de fortalecer o desenvolvimento rural no país de pequenos produtores — programa resultante da luta de trabalhadores rurais. O programa

funciona em três módulos: Crédito Rural aos produtores; Infraestrutura e Serviços Municipais, para o financiamento de obras municipais e Capacitação, para promover novos conhecimentos aos agricultores familiares.

2003, foi a vez do lançamento II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) — pois o primeiro existiu ainda no período militar em 1985. Com o objetivo de garantir o acesso à terra e promover uma melhor qualidade de vida para a população rural, foi passando por alterações no decorrer do tempo; o que sabemos bem hoje em dia pela posse das terras brasileiras como anda a eficiência desse e demais programas. No mesmo ano, com proposta semelhante aos anteriores, tivemos a criação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), como complemento ao II PNRA.

No ano seguinte, foi lançado o PAD (Programa Água Doce), com função de fornecer água potável as comunidades rurais brasileiras, tendo no passar do tempo diversas fases, inclusive com a Paraíba sendo "comtemplada".

O Plano Safra, criado em 2003, só veio a partir de 2013, a incluir o público "minoritário", no entanto ele atua no financiamento de atividades rurais, não sendo focado nos pequenos agricultores. O que dado à história de concentração de terras nas mãos de poucos no Brasil, uma medida que beneficie, de certo modo esse público é desnecessário. Na prática, as comunidades rurais de pequenos agricultores ficam até hoje em desvantagem.

Assim como falamos anteriormente, as medidas citadas, notadamente trouxeram um novo respirar as comunidades rurais, dos quais nossa cidade está inserida, se compararmos com a vida anterior a redemocratização no Brasil. Porém, além de serem pontuais e não atuarem na estrutura de uma vida rural de fato digna, elas sempre andaram ao lado dos interesses políticos, interesses esses muitas vezes se traduzindo em "segundas intenções", individualismo, e não uma dedicação a vida pública; é o podemos perceber no TCC de Valdetário Carvalho ao analisar esses dilemas:

"... as oligarquias se mantêm unidas, conciliando esforços para evitar a ascensão de sindicatos ou partidos contrários aos seus interesses. Se comparamos os nomes dos que se colocaram como representante do povo e responsáveis ao longo de décadas pelo controle político na região do alto sertão da Paraíba... podemos destacar que o povo foi, é e sempre será

...instrumento usado para barganhar vantagens em apoio político para uma minoria (oligarquias)." (CARVALHO, 2022, p.57)

3. 4.1 - Governo Federal: Ações Políticas para o Campo, de 1995 a 2024.

Vejam agora os planos de governo, de cunho federal, no que se refere ao período de 1995-2024 — períodos das quais encontramos em nossas pesquisas.

A primeira, é a de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O título do documento se chama "Mãos à Obra, Brasil". Ele se coloca como um plano "revolucionário" no sentido de resolver os problemas deixados, como por exemplo a hiperinflação que marcou aquela época, e "construir um novo país". O plano se dividia basicamente em 4 pilares, o primeiro focado em desenvolvimento, energia, indústria, ciência e tecnologia, entre outros. O segundo se colocava como setores prioritários: agricultura, educação, emprego, saúde, segurança, habitação, saneamento e turismo. Em seguida, temos o tema das reformas: administrativas, fiscais, previdenciárias e as privatizações — que foi uma marca no seu governo, já que seguiu uma linha neoliberal. O último fala sobre temas sociais, como: cultura, pobreza, mulher, negros, índio, entre outros.

Dentre as suas medidas para a agricultura, destacamos algumas:

"Fortalecer o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária(...); Priorizar a irrigação das pequenas e médias propriedades no Nordeste; Apoiar, técnica e financeiramente, a organização e a atividade do pequeno produtor(...); Executar a reforma agrária estabelecida pela Constituição/ com paz e estrito respeito à lei; [e]Financiar a implantação de agroindústrias, sobretudo de pequenas e médias empresas no Nordeste." (BRASIL, 1994, p.44-47)

Entre o marketing na questão rural, incluindo o aumento no número de assentamentos que ocorrem no seu governo, a efetividade das medidas foi prejudicada no que tange ao progresso da agricultura, a reforma agrária, é o que podemos entender segundo a Cientista Social da UFPB (Universidade Federal da Paraíba) Maria Auxiliadora Botelho:

"Num misto de coerção e consenso a política agrária de FHC1 atuou numa dupla direção: reduzir a reforma agrária à implantação de assentamentos rurais e fortalecimento da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, exercer o controle dos conflitos pela adoção de medidas de caráter repressivo. Em 2001, criou duas medidas provisórias: uma em que determinava o não assentamento das famílias que participassem das ocupações de terra; outra que determinava a não vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez e por quatro anos quando ocupadas mais de uma vez. O resultado dessas medidas se fez sentir no refluxo observado nas ações de ocupação em todo o país no período em questão." (BOTELHO, s.d, p.2)

O próximo plano de governo foi o do primeiro mandato de Lula (2003-2006). Com slogan "Um Brasil para Todos: Crescimento, Emprego e Inclusão Social" seu governo chega como "revolucionário" tanto no sentido do que ideologicamente se fazia na política nacional, quanto em várias áreas da sociedade que puderam ter sua evolução notada, como a economia, a questão social e a educação. Seu primeiro plano era composto por 3 áreas. Inicialmente de maneira introdutória uns mistos de assuntos são dialogados entre si, tais como: economia, educação, e as reformas nos mais diversos setores —incluindo o rural. A primeira área era a da distribuição de Renda, no qual se dava detalhes de como iria funcionar a temática. Em seguida a "inclusão Social", onde a questão da renda mínima, combate à fome, educação e saúde foram fixados. E por último a "infraestrutura", falando sobre financiamento, urbanismo, transporte, saneamento, energia, tecnologia, entre outros.

Destacamos alguns trechos dentro da questão agrícola:

" (...) o governo buscará: a ampliação da produção de alimentos por meio de uma política agrícola dirigida para o binômio agricultura familiar agricultura organizada em bases empresariais(...); fortalecer os centros de pesquisa e de extensão agrícolas(...)[e]; realizar a Reforma Agrária no Brasil, de forma a contribuir decisivamente para a construção da Nação e o fortalecimento da democracia." (BRASIL, 2002, p.22)

Seu segundo Plano de governo (2007-2010) teve como slogan "Lula de novo com a força do Povo". E falou dos mais diversos temas, como: combate à pobreza e desigualdades, distribuição de renda e sustentabilidade, ciência e tecnologia, democracia, Reforma, Política Agrícola e Industrial, Cultura, Educação, Comunicação, Emprego, Infraestrutura, Meio ambiente, Segurança, turismo, Previdência, Direitos humanos, entre outros assuntos.

Na Agricultura, vejamos algumas medidas:

" Promover o desenvolvimento da agricultura nacional com ampliação da renda e cidadania no campo(...); ampliar os recursos de crédito rural(...); [e] Dar continuidade ao Plano Nacional de Reforma Agrária(...)" (BRASIL, 2006, p.15)

Somando os dois mandatos e analisando os dois planos de governo de Lula, fica evidente a robustez das propostas, bem como o avanço na questão agrária, sobretudo por ter sido marcado como o período em que mais houve assentamentos rurais no País, como endossa o Geógrafo e Professor da UNESP(Universidade Estadual Paulista) Bernardo Mançano Fernandes:

"A primeira gestão do governo Lula começou com uma grande esperança pela realização da reforma agrária. Os movimentos camponeses realizaram o maior número de ocupações de terras e de família da história da luta pela terra no Brasil. Ao contrário da segunda gestão do governo FHC, que criminalizou as ocupações, o governo Lula sempre dialogou com os movimentos camponeses. " (FERNANDES, 2008, p.80)

No entanto, a prioridade para o pequeno produtor rural no Brasil não avançou como deveria, pelo foco dado ao Agro, como explica o Geógrafo e Professor da FCT (Fundação para Ciência e a Tecnologia) Rafael de Oliveira Coelho:

"Contudo, o apoio de Lula ao agronegócio foi mais expressivo. Este avançou nas terras agricultáveis do país deslocando a fronteira agrícola e

solidificando um modelo de desenvolvimento baseado na monocultura, na produção de commodities, nas grandes extensões de terra, nas práticas predatórias dos recursos naturais, na reprodução ampliada do capital no campo." (SANTOS, 2011, p.64)

No primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014) o tema do seu plano de governo era " Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira", são eles:

" 1) Expandir e Fortalecer a Democracia política, econômica e social. 2)Crescer mais, com expansão do emprego e da renda(...); 3)Dar seguimento a um projeto nacional de desenvolvimento(...); 4)Defender o meio ambiente e garantir um desenvolvimento sustentável; 5) Erradicar a pobreza absoluta e prosseguir reduzindo as desigualdades(...) ;6) O Governo Dilma será de todos(...); 7)Garantir educação para a igualdade social, a cidadania e o desenvolvimento; 8)Transformar o Brasil em potência científica e tecnológica; 9)Universalizar a saúde e garantir a qualidade do atendimento do SUS; 10)Promover as cidades de habitação, saneamento, [e]transporte(...); 11)Valorizar a cultura nacional(...); 12)Garantir a segurança dos cidadãos(...); 13) Defender a soberania nacional(...)" (BRASIL, 2010, p.9-17)

A questão agrícola é mencionada no compromisso n° 3:

"A política agrícola fortalecerá a agricultura familiar e o agronegócio. Dará prosseguimento à reforma agrária em curso, com a ampliação do crédito e apoio científico(...)" (BRASIL, 2010, p.9)

O segundo plano de governo de Dilma (2014-2016) — tempo reduzido por ocasião de seu impeachment. Esse plano se caracteriza mais como um diálogo, no qual o PT (Partido dos Trabalhadores) governou até aquela ocasião, as ações feitas, bem como a ampliação delas, nas mais diversas áreas, incluindo a rural. O lema dessa proposta de governo era "Mais mudanças, Mais futuro"

O próximo governo, Michel Temer (2016-2018) como um governo temporário, por ter assumido a vaga de Dilma não possui plano de governo, teoricamente seria para assumir o dela, mais acabou sendo diferente, e antes de falarmos disso, analisaremos o próximo plano de governo: Jair Bolsonaro (2019-2022).

Com uma perspectiva neoliberal e "antagônica" aos governos anteriores, do PT, seu lema era "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", com tema do documento intitulado por "Caminho da Prosperidade" e com direito a verso bíblico na primeira página, João 8:32 "E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará". De início já percebemos o quão diferente esse plano foi dos demais.

Nessa proposta de governo não identificamos pontos e medidas diretas do que seria feito, vemos um diálogo expondo como seria o seu governo, focado nas pautas de corrupção, família, liberdade, menos Estado, propriedade privada, liberalismo econômico, e redução da máquina pública. Percebesse que o foco do documento era fazer oposição a esquerda, sobretudo os governos do PT. As áreas da sociedade como saúde, educação, agricultura, transportes, economia, entre outros são contemplados mais para o final do documento, no entanto são colocados de forma superficial, vejamos na questão da agricultura:

" Segurança no Campo; Solução para a questão agrária; logística de transporte e armazenamento; uma só porta para atender as demandas do Agro e do setor rural; políticas específicas para consolidar e abrir novos mercados externos [e] Diversificação " (BRASIL, 2018, n.p)

Não devemos chamar de Plano de governo, pela superficialidade do que é proposto, bem como seu foque no embate ideológico em detrimento das ações políticas. O resultado do governo Bolsonaro, bem como o de Temer, foi um declínio nas mais diversas áreas, inclusive a rural. Nesse sentido, afirma o Sociólogo E professor da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) Marcos Paulo Campos:

"As tendências de política agrária do governo Temer foram continuadas e aprofundadas pelo governo Bolsonaro, com novas configurações desdemocratizantes que irmanaram a política agrária, indigenista, ambiental e alimentar em um processo combinado de desmonte das capacidades estatais e produção de desigualdade." (CAMPOS, 2023, p.54)

O mais recente plano de governo nacional, o governo chamado de LULA III (2023-2026) tem como Coligação "Brasil da Esperança". Esse plano veio diferente dos seus dois anteriores, pois veio em forma de conversa dividida em 121 tópicos. Dada a situação do País nos anos anteriores (2016-2022) o documento traz todo um diálogo no qual expõe a situação em que se encontrou o País e os desafios para retorno dos direitos e garantias básicas, o que naturalmente mina a evolução nas demandas da sociedade.

Na agricultura o documento norteia os objetivos do setor, vejamos alguns:

"O fortalecimento da produção agrícola, nas frentes da agricultura familiar, agricultura tradicional e do agronegócio sustentável(...) A Embrapa será fortalecida para identificar potencialidades dos agricultores(...)[e] É imprescindível agregar valor à produção agrícola, com regulação e a constituição de uma agroindústria de primeira linha(...)" (BRASIL, 2022, p.11,13)

Depois de exposto todos os planos de governos federais, vemos que é notório que houve avanços em alguns, mas retrocessos em outros, porém mesmo quando houve avanços, a questão rural, como a Reforma Agrícola nunca foi de fato efetivada nos moldes como permite e garante a Constituição de 1988 e a necessidade social exige.

3.4.2 - Origens das formulações das ações políticas para o meio rural brasileiro

Segundo Medeiros (1989, apud Bolter et al, 2012) só passaram a ter organizações sociais rurais de forma organizada no Brasil após o Governo Vargas ter concedido em 1944 o direito de sindicalização dos trabalhadores rurais. A partir daí todo o século XX é marcado por mobilizações dos trabalhadores rurais exigindo melhores condições de trabalho, melhores salários, direito a sua produção, começando pelas grandes cidades brasileiras até as pequenas. No decorrer do tempo, e nesse contexto nasceram diversas organizações em prol da luta, como CUT (Central Único dos Trabalhadores), MST, CONTAG (Confederação Nacional dos

Trabalhadores na Agricultura) entre outros. Houve mobilização de partidos políticos e até das igrejas no que diz respeito a luta do campo. Toda essa mobilização, atraiu atenção dos governos — inclusive a participação de diversos trabalhos acadêmicos que passaram a surgir —, para que as primeiras políticas para o homem do campo começassem a ser um dos objetivos nos governos que se seguiram, conforme afirma BOLTER (2012) et al:

"Essa movimentação faz com que os próprios governos, encontrem nas organizações sociais, a parceria necessária para a difusão de ações voltadas para o meio rural. Pois a representação sindical, além de complexa é abrangente e está representada em grande parte do território nacional, sendo assim é um importante segmento no processo de desenvolvimento rural. (...) as redes proporcionadas, pelos movimentos sociais para com o setor público (Estado), bem como para com os pensadores e os estudiosos, tem sido fundamental para a formulação e a idealização de importantes políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro. Fato que faz com que (...) a construção e aplicação das políticas públicas, passa a ser, também é uma tarefa dos movimentos sociais e sindicais." (BOLTER et al, 2012, p.46)

3.4.3 – MST (Movimento dos trabalhadores Rurais sem Terra), ação e luta no século XX

Como visto, os movimentos sociais foram extremamente importantes para a formulações de políticas públicas para o campo, por atuarem de forma a pressionar os governos. Um dos principais movimentos como citamos é o MST, convém falarmos um pouco sobre ele.

O século XX foi marcado por diversos movimentos e formas de organização da sociedade rural em prol de seus direitos, como já mencionamos. Nesse cenário surge o MST, fundado em janeiro de 1984. Em um contexto ainda mais desafiador, por surgir quando ainda estava em vigor o governo militar. Na sua criação, ocorre o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, na cidade de Cascavel no Paraná, o que possibilitou traçar estratégias de expansão do movimento pelo país, hoje o movimento atua em cerca de 24 estados brasileiros — praticamente todo o Brasil, já que ele possui 26 Estados mais o Distrito Federal.

O movimento está organizado em núcleos, no qual cada um é responsável por uma área em prol das famílias assentadas. Da produção, passando pela educação, envolvendo a saúde, finanças entre outros setores, trabalha o MST. No Brasil, a entidade governamental responsável pelos assentamentos agrários é o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), nesse sentido o MST tem um importante papel pois sempre atuou entre várias formas, pressionando o Incra para a promoção de políticas de reforma agrária. Voltado para a produção de alimentos internos no Brasil, o movimento é um dos principais produtores de arroz orgânico por exemplo, estimulando a diminuição de agrotóxicos, segurança alimentar e preservação do ambiente, tem seu importante papel tanto na sociedade quanto no fomento de políticas para o campo.

Atualmente estimasse que o movimento foi responsável por 185 cooperativas, 120 agroindústrias, 1900 associações e cerca de 400 mil famílias assentadas; fora outras conquistas como 8 mil latifúndios ocupados, e criação de escolas dentro dos assentamentos.

3.4.4 - A ausência de prioridade dos governos do Brasil na questão da agricultura familiar

Como expomos no início desse capítulo, não conseguimos encontrar os planos de governos de todos dentro da delimitação temporal de nosso trabalho. A falta de interesse em preservar esses materiais, tanto em meio digital quanto em meio físico é evidente — basta vermos, por exemplo, o fato do Museu Nacional que pegou fogo em 2018 e em 2015 o Museu da Língua Portuguesa. E mesmo entre os planos de governos encontrados, num comparativo entre suas propostas robustas e completas que deveriam ter sido feitos para o meio rural familiar e o que existe na prática verificasse também uma falta de prioridade, como tem sido o setor agroindustrial sempre o mais investido do que o da agricultura familiar. Se pegarmos dados do portal da Transparência, no período mais recente, de 2020 a 2024, o setor responsável pelo agro, MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária) recebeu nesses 5 anos — consideremos que esse período envolve parte de governos de cunho federal de ideologias completamente diferentes —, um total de \$91,96 bilhões de reais de orçamento. Nesse mesmo período, o total investido no MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar) foi de apenas \$36,54 bilhões de reais. Vejamos alguns motivos por existir tantas diferenças.

Segundo Baiardi et al (2014), até os anos 70 do século passado não se fazia distinção entre pequenos agricultores e grandes latifundiários quanto se falava em desenvolvimento da economia rural brasileira. Isso se deu, também, segundo ele, por causa da absorção da cultura intelectual norte americana pelo Brasil, que nunca fez essa distinção do meio rural.

Outro fator, foi segundo Alves (1981 apud Baiardi, 2014) devido ao êxodo rural as pessoas estarem buscando na zona urbana melhores condições de vida, houve um quase abandono do campo, o que levou os produtores a mecanizarem a atividade rural, diminuindo a atuação prática da agricultura familiar. Mas o que considero como fator principal, foi a expansão capitalista utilizando o Estado — o que se percebe até hoje —, como fator que criou essa cultura da não priorização da agricultura familiar no País, segundo diz Baiardi (2015):

"As evidências eram muito fortes ao apontar que o impulso de expansão capitalista – o processo de acumulação induzido pelo Estado e articulado com o capital financeiro e com o capital industrial – tinha transformado e modernizado a agricultura brasileira; gerado um departamento de bens de produção e demais fatores de procedência industrial e expandido o segmento de processamento dos derivados primários(...)" (Bairdi et al., 2014, p.53,43)

Posto isto, reafirmamos o que já comentamos aqui: por mais necessárias e benéficas que foram as ações políticas, elas se encontram longe de fornecer vida digna a zona rural de nosso município, e de todo o país — se compararmos com o mínimo existente na vida urbana. A realidade ainda é difícil, pois a postura que deveria ser adotada pelo Estado, não é vista ainda de forma plena, é o que nos chama atenção ALVES:

"Com os mais variados problemas sociais, além da dificuldade do acesso a água, a população enfrenta problemas para se alimentar, com alimentos de qualidade e quantidade suficiente. Isso se dá em conta das desigualdades sociais, da estrutura de exclusão que vivem essas populações. Esse panorama se deve não a escassez de água para o consumo humano e a produção, mas sim pelo fato de uma infraestrutura hídrica e social, da ausência do Estado enquanto provedor e administrador de políticas públicas, que sempre agiu em contrário da autonomia de seu povo."(ALVES,2008, p.35)

3.4.5 - O Agronegócio e o Pequeno Produtor Rural Brasileiro: Dilemas e Ações Políticas

É notório que houve ações políticas para o meio rural, como citaremos algumas a seguir, de governos federais.

O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para todos (Ministério de Minas e Energia - MME), foi criado em 2003 pelo decreto 4.873 do governo federal. Com validade até 2008, o programa foi sendo prorrogado e se estenderá até 2026. Entre 2003 a 2015 foram investidos 18,3 bilhões de reais no programa, já de 2016 a 2018, o número caiu para 2 bilhões, e em 2019 a 2022 o valor também foi de 2 bilhões. Em 2023 o valor caiu para 1,4 bilhão e subiu em 2024 para 2,5 bilhões segundos dados do MME. O programa foi criado baseado nos dados do IBGE de 2000, que constava cerca de aproximadamente 10 milhões de moradores rurais sem energia elétrica no país.

Já o Programa de Cisternas foi criado em 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com governos municipais e estaduais

Podemos citar também a questão do acesso à terra pelos quilombolas. Desde a constituição de 1988 há o reconhecimento da posse de terras pelas comunidades quilombolas. Entretanto a efetivação é lenta. Em 2003, em união do governo federal em diálogo com comunidades quilombolas foi criado o decreto 4.887/2003 visando identificar, delimitar e conceder títulos de terras às comunidades. Mesmo assim, segundo o IBGE pelo Censo de 2022, 95,67% dos quilombolas do país não tem os títulos de suas terras. Vale apenas ressaltar que houve lutas e movimentos por parte dos quilombolas em prol dos seus direitos, tendo nas leis e decretos sobre essa temática uma "implantação teórica" desses direitos.

Tivemos ainda a política dos créditos rurais, que veio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) criado em 1996, pelo governo federal para apoiar financeiramente os agricultores familiares do país. Em 2003 foi criado o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário com mesma finalidade do Pronaf. Paralelo a esses programas tivemos em 2003 a criação do Plano Safra, destinado a financiar recursos

agropecuários a pequenos e grandes produtores. No entanto, nos últimos anos a oferta de créditos rural tem diminuído.

Esses são alguns exemplos de políticas criados para o meio rural. Entretanto devemos entender o plano de fundo para que essas ações políticas fossem implementadas.

Segundo Grisa et al (2014), durante a ditadura militar no Brasil, praticamente não havia espaço para a agricultura familiar, o que impulsionou a organização de diversos setores da sociedade civil a lutarem pela defesa da causa, desde de trabalhos acadêmicos, congressos feitas, movimentos sociais que foram criados, e todas as lutas subseqüente, deram base, para que , após a oportunidade da Constituição de 1988, ações políticas e leis fossem criadas, no decorrer dos anos e das décadas que valorizassem o pequeno produtor rural, como as que citamos a pouco.

Nos anos 2000 com a ascensão do governo de Lula, que recebeu apoio de diversos movimentos sociais, as políticas públicas para a agricultura foram ampliadas, mas ao mesmo tempo a estrutura da dominação da Elite financeira "dirigindo" o Estado se manteve forte, inclusive no governo Lula, como aponta Mielitz (2011):

"...passou-se a um governo eleito com o apoio e participação de vários partidos e movimentos sociais situados mais à esquerda do espectro político sem, no entanto, deixar de contemplar ideias e interesses de grupos representantes da burguesia bancária, industrial e agrícola nacional." (Apud Grisa et al., 2014, p.137)

O fato do Estado ser dominado pela Elite financeira, evidencia que a estrutura agrária brasileira nunca passou por mudanças genuínas. No decorrer do tempo, o mercado passou a ser dominado cada vez mais pelos grandes latifundiários com sua agricultura de foco na exportação, enquanto o pequeno produtor foi diminuindo cada vez mais seu espaço, chegando a plantar pouco, e ter que ir comprar nos supermercados a maior parte de sua alimentação, como é comum vermos isso no nosso município, bem como em todo o país. Convém entendermos o porquê isso passou a existir.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (o mais recente), o número de estabelecimentos de agricultura familiar diminuiu em cerca de 9,5 % em comparação com o

censo anterior (de 2006). A produção de alimentos como arroz, feijão, mandioca e batata caiu, mas a de horticultura se manteve forte. De acordo com o Professor e Geógrafo Marco Mitidiero da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) há algumas razões para isso. Para Mitidiero Agricultura Familiar não é necessariamente sinônimo de Pequena propriedade rural, pois um dos critérios principais é que se considera Agricultura Familiar, a produção feita apenas por membros da família - o que se difere do pequeno produtor rural, no geral, que pode ter ou não mão-de-obra externa a sua família.

Ser pequeno produtor rural não requer ter até um número exato de hectares, pois o que pode ser considerado pequena propriedade em uma cidade de interior, pode não ser a mesma em uma capital com milhões de habitantes, por exemplo. Por isso que os números variam, por exemplo, no Amazonas, até 400 hectares se considera uma pequena propriedade, já em Aqui na Paraíba esse número cai para 50 hectares. Quando se faz uma média, se chega a um número de até 20 hectares como valor para ser pequeno produtor, segundo Mitidiero em qualquer lugar do Brasil. Assim, os estabelecimentos rurais com até 20 hectares segundo o Censo de 2017 corresponde a ocupação de apenas 5,2 % de todo o estabelecimento agropecuário no país, e mesmo assim produzindo mais de 80 % de alimentos. No entanto, os estabelecimentos com mais de 1000 hectares ocupam 48 % da área total nacional, e não produzem na mesma quantidade proporcional de terras que tem. Mesmo assim a produção de alimentos como arroz subiu de 30% para 49%, e feijão preto de 3% para 15%, por exemplo, entre os censos de 2006 e 2017. As grandes propriedades rurais têm dominado cada vez mais os alimentos, ficando para a agricultura familiar ou pequena produção o foco em verduras e legumes, pois por conta das poucas terras que possuem e do pouco crédito não lhes é viável produzir alimentos com arroz, feijão, trigo que demorariam para serem colhidos e necessitariam de muita terra, o que é oposto quando se planta verduras e legumes.

Essa é a realidade hoje no País, inclusive na nossa região, seja na zona urbana quanto rural, no qual podemos ver que a população rural, como por exemplo de nosso município que se desloca para cidade para comprar alimentos enquanto cultivam em suas localidades apenas verduras, legumes e frutas. Por isso há necessidade de lutas, como do MST para a concessão de terras aos pequenos agricultores, bem como de uma Reforma Agrária de verdade, que possa focar em quem produz para sua região e seu país, como é o caso dos pequenos produtores, o que se difere dos donos do agro que tem o foco da sua produção em exportação.

Além dessas questões geológicas, o que ainda pode explicar a ascensão do agro na sociedade enquanto presenciemos uma falta de mobilização do homem do campo, atrelado a alguns movimentos inclusive até de sindicatos rurais? Sobre isso comenta o Doutor em Ciências Sociais pela UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) no Rio Grande do Sul, Marconi Severo:

"Quando os movimentos sociais e seus simpatizantes personificam e caracterizam os seus opositores, mas desconsideram a sua profunda convergência com a realidade objetiva, a crítica se expande do grupo em questão para a ordem social como um todo. Dito com outras palavras, como o agronegócio se vale de um mesmo substrato social e cultural para cooptar os setores médios, explorando afinidades reais e potenciais, a crítica dos movimentos sociais necessariamente assume um viés generalizante, o que muitas vezes contribui para o seu insulamento político" (SEVERO, 2023, p.158)

Nas palavras de Severo, o agronegócio coopta os diversos setores da sociedade com quais tem afinidade: o empresarial, a mídia e a sua classe política; enquanto que os movimentos sociais focando mais na crítica a seus opositores acabam se ausentando de buscar proximidade ao "homem do campo", sofrendo um enfraquecimento. É preciso então, fazer com que o conhecimento que se está dentro dos movimentos e nas instituições universitárias chega hoje, dos mais diversos meios possíveis, as pessoas mais simples, que fale a sua "língua", causando mobilização, e a escolha acertada dos representantes políticos, o que muitas das vezes não é levada a sério em anos de eleições, muitas das vezes por uma cultura pobre no que diz respeito não apenas a questão material — fazendo com que muitos políticos se aproveitem para comprar voto — , mas também de conhecimento sobre as questões que o assolam, suas origens e suas consequências.

3.4.6 - Cajazeiras e a vida rural: Uma Cidadania Incompleta

Como já vimos, a posse de terras como instrumento de dignidade para os agricultores é algo garantido pela Constituição de 1988, quando falamos de ações políticas para o meio rural, entretanto na prática há pouca concessão e a Elite agrária ainda domina

todo o país. Até o momento as medidas dos governos federais, desde 1988 até o presente tem se concentrado em conceder alguns títulos de terras; créditos rurais, água e energia elétrica para a zona rural, entre outras. Nesse mesmo período por parte dos Governos Estaduais da Paraíba, como já citamos nesse trabalho, tivemos: construção de barragens (Governo Tarcísio Burity); Criação do Projeto Cooperar (governo José Maranhão) que se baseou em medidas como sistemas de irrigação, saneamento básico, reservatórios, etc. Também mencionamos a criação do procasa 1 (desde de 2014 - governo Ricardo Coutinho) e procasa 2 (início em 2024 - governo João Azevedo). Nos governos municipais que encontramos propostas de governo, encontramos apenas ações da gestão de José Aldemir (2017-2024), como: pavimentação de estradas da zona rural, construção de banco de semente, distribuição de alimentos a comunidades rurais, corte de terras, créditos rurais.

Mencionamos acima ações dos governos que encontramos ações, dentre esse período de 1988 a 2024, vários governos ficaram de fora pela dificuldade de se encontrar medidas políticas, pelos motivos que explicamos no trabalho. Ao analisar as ações citadas anteriormente fica evidente que a Cidade de Cajazeiras apesar de se ter uma zona rural com vida melhor do no século passado, como água encanada, energia elétrica, crédito rural, etc. A vida nesses lugares ainda é bem difícil, e as leis e medidas políticas dadas pelos governos, seja municipal, estadual ou federal ou até mesmo pela Constituição de 1988 não mudaram na estrutura da vida dessas pessoas, que sofrem com uma falta de segurança superior ao meio urbano, dificuldade de transporte — o que inibe o acesso a uma boa saúde e educação —, uma economia rural em declínio — pois a agro agricultura domina os mercados, sobrando pouco espaço para os pequenos produtores da cidades. Enfim, esses são os principais problemas que podemos mencionar.

Sendo assim, fica evidente que a "cidadania" tão propagada pela Constituição de 1988, bem como pela República como um todo, está longe de dar dignidade aos moradores das comunidades rurais de nossa Cidade, bem como de todo o Estado e País.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse estudo, como já falamos foi entender como a Cidadania prometida pela Constituição de 1988 é vivida pela população rural de Cajazeiras, num período de análise compreendido entre 1988 a 2024. Não se aborda um tema sem fazer sua contextualização, justamente isso que inicialmente buscamos fazer, através de aspectos teóricos e abordagens historiográficas sobre cidadania, constituição e meio rural. Quando apresentamos o cenário rural de Cajazeiras, e da Paraíba, ficou evidente através de dados estatísticos e de análise do meio em que vivemos, a quão problemática ela se encontra quando falamos na questão rural — se formos comparar com o meio urbano. Os planos de governos e medidas políticas além de difíceis de serem achados, os que encontramos, são em sua maioria superficiais, com raras exceções, sobre ações que impactam a vida da população rural, tanto no município, no Estado e no País.

Ainda nesse sentido, a reforma agrária foi outro ponto apresentado em nosso estudo como uma maior evidência sobre o dilema da vida dos habitantes rurais em todo o país, pois nunca uma verdadeira reforma foi feita —tivemos apenas alguns pontos de evoluções. Paralelo a todas as medidas, ações políticas ou leis, ressaltamos que a causa para esse "pequeno" impacto positivo no meio rural que se percebe foi feita pela base popular, através de movimentos sociais diversos que desde o século passado lutaram por melhores condições para a população agrícola.

Em nossa análise, percebemos no geral que houve avanços para o meio rural quando estudamos o período que compreende entre o final do século passado (a partir de 1988) até o século atual (no ano de 2024). Esses avanços que tiveram como norte a Constituição de 1988, e como base os movimentos sociais, além de gestões de governos populares, contribuíram para que em todo o país — o que inclui nosso município —, progressos fossem feitos, tais como por exemplo: garantia de luta pela terra e de posse; créditos rurais, sistema de água e de energia elétrica, maior foco na preservação do meio ambiente, incentivo ao pequeno agricultor. Porém, mesmo com esses pequenos avanços, não podemos negar de que ficou evidente que não há um interesse coletivo por toda a classe política em valorizar de fato o pequeno "homem do campo", aquele que é a base de toda a sociedade, algo que vemos por exemplo, nos altos investimentos no setor dos grandes latifundiários em comparação com as baixas quantias destinadas a agricultura familiar. Outra

evidência percebida em nosso estudo sobre a pouco interesse político no pequeno do meio rural é que nunca uma reforma agrária foi executada nos moldes históricos — a saber a correta distribuição de terras.

Nessa pesquisa percebemos que a Cidadania da população rural, sobretudo em pequenas localidades — como em Cajazeiras —, está distinta de se equiparar a do meio urbano. Não que esse público tenha uma plena cidadania, mas porque existem mais investimentos no meio urbano do que no rural — talvez pelo eleitorado se concentrar nesses lugares. Dessa forma, com uma Cidadania Incompleta, para usar o termo de José Murilo de carvalho —autor referência em nossas leituras —, a população rural, de cajazeiras ainda é pouco contemplada com os avanços propostos pela Constituição de 1988. A questão se encontra no plano da teoria do que de fato devia ser a vida dessa população, longe do que seria caso o escrito na lei fosse colocado em prática.

Dessa forma esperamos que esse trabalho possa contribuir para o desenvolvimento do senso crítico de todos aqueles que o estudarem, para que dessa forma possamos colocar na mobilização popular a única forma de viver as garantias que a Lei coloca, e ter uma vida digna e independente, no que tange aos aspectos sociais, econômicos, e políticos de todos, inclusive dos grupos marginalizados, como o do foco de nosso estudo, a população rural.

Interesses políticos pessoais combinados com ausência de ações efetivas e de monopólio do uso individual para "apagar" o interesse coletivo, minam a real cidadania do meio rural, de Cajazeiras e de todo o país. Nessa mesma percepção afirma CARVALHO (2021):

"Percorremos um longo caminho (...) para construir o cidadão brasileiro. Chegamos ao final da jornada com a sensação desconfortável de incompletude. Os progressos feitos são inegáveis, mas foram lentos e não escondem o longo caminho que ainda falta percorrer." (CARVALHO, 2021, p. 198)

Esse “longo caminho” é o desafio que a população rural enfrentará, mas o conhecimento atrelado a luta por uma vida realmente digna — na qual os direitos da Constituição sejam efetivados na prática —, tornará possível uma real Cidadania.

É preciso garantir as individualidades daqueles que não querem viver no meio urbano, e que são totalmente livres e possuidores dos mesmos direitos, como cidadãos republicanos que são, assim como os habitantes da zona urbana. As palavras-chave para essa situação são: direito e respeito.

Referências

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 28, p. 111-120, 1995.
- ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 5 ed. Senado Federal, Brasília, 2024.
- ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso de. **A reforma agrária na constituição de 1988**. VIDYA, 19(36), 8.2001.
- ARAÚJO, Patrícia Cristina de Aragão. **Migrante, uma árvore sem raiz: estudo das migrações rural-urbanas na Paraíba nos anos 90**. 2001. 171f. (Dissertação) Mestrado em Economia Rural e Regional, Programa de Pós-graduação em Economia Rural e Regional, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba – Campus II - Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2001.
- ALVES, Amanda Pereira. **Convivência com o semiárido Brasileiro**. In: CONTI, Irio Luiz. ASA, Articulação no Semiárido Brasileiro. Caminhos para a Convivência com o Semiárido. 2. Ed, Recife: ASACOM, 2008.
- BAIARDI, Amílcar et al. **Agricultura Familiar, seu interesse Acadêmico, sua lógica Constitutiva e sua Resiliência no Brasil**. Piracicaba-SP, vol52, supl.1, 2014.
- BARROS, José D'Assunção. **A História Social: seus significados e seus caminhos**. Revista de História da UFOP, [s.l], nº15, págs. 1-23, 2015.
- BOLTER, Jairo Alfredo Genz et al. **Desenvolvimento Rural no Brasil. Quais são as ações e quem as formula? Uma análise a partir das redes do Estado e dos Movimentos Sociais**. caçador.v.1, n.1.2012.
- BRASIL, [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**.
- . **Diretrizes para o programa de reconstrução e transformação da brasil lula Alckmin 2023-2026**. [s.l] 2022.
- . **Lula Presidente: Programa de Governo 2007-2010**. [s.l].2006.

- . **Mais mudanças, mais futuro: Programa de Governo Dilma Rousseff.** [s.l] 2014.
- . **Mãos à obra, Brasil: proposta de governo.** [s.l]1994
- . **O caminho da prosperidade: Proposta de Plano de Governo.** [s.l] 2018
- . **Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira.** [s.l] 2010.
- . **Programa de Governo 2002.** [s.l].2001.
- Cajazeiras. **Plano de governo.** Cajazeiras-PB.2016.
- . **Plano de governo.** Cajazeiras-PB.2020.
- . **Plano Municipal de Saneamento Básico.**Cajazeiras-PB.2019.
- . **Propostas do Prefeito.**Cajazeiras-PB.2012.
- CALDART, Roseli Salette. **A escola do campo em Movimento.**v3, n1, págs. 60-81.2003.
- CAMPOS, Marcos Paulo. **Política agrária e desdemocratização nos governos Temer e Bolsonaro.** Conhecer: debate entre o público e o privado. Vol. 13, n 31. 2023.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho.** 27 ed. Rio de Janeiro, 2021.
- CARVALHO, Valdetário Vieira de. **Poder e controle social: um estudo das oligarquias nas frentes de emergência contra a seca no município de Santa Helena-PB (1961-1990).** 2022. 97f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2022.
- CATTELAN, Renata. et al. **A reforma agrária nos ciclos do Brasil (1995-2019).** Presidente Prudente, 2020.
- CONCEIÇÃO NETA, Maria Regina da; SOUSA, Damião Roseno de. **Estratégias de sobrevivência na zona rural do município de Cajazeiras: Um caso comparativo entre assentamento e uma comunidade.** 2005. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em gestão ambiental para o semiárido nordestino) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2005.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.**3 ed. Globo, [s.l],2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. [s.l.] 2008.

FERREIRA, Eunice. **A participação feminina na força de trabalho rural paraibana no período 1960-1991**. 2000. 117f. (Dissertação de Mestrado em Economia Rural e Regional), Programa de Pós-graduação em Economia Rural e Regional, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba –Campus II - Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2000.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Republica, **Trabalho e Cidadania: representação e participação política no Brasil**. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro. 1991.

GONÇALVES, Geferson de Assis. **Brincadeiras livres na educação infantil: o que pensam as professoras e as crianças de uma escola municipal na zona rural de Cajazeiras-PB**. 2018. 75 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2018.

GOOGLE, INC. **Google Maps**. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=mapa+de+cajazeiras+pb&sca_esv=fc2e42ae252a1d83&biw=1528&bih=704&sxsrf=ADLYWIJtgKLSBf6kYjPH8e7u1LMRyfQs_A%3A1731079823608&ei=jy4uZ-TuJLuz5OUP-ftZuQc&oq=mapa+da+zona+rural+de+cajazerias&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LXNlcnAiIG1hcGEgZGEgem9uYSBydXJhbCBkZSBjYWphemVyaWFzKgIIADIKEAAYsAMY1gQYRzIKEAAYsAMY1gQYRzIKEAAYsAMY1gQYRzIKEAAYsAMY1gQYRzIKEAAYsAMY1gQYRzIKEAAYsAMY1gQYRzIKEAAYsAMY1gQYRzIKEAAYsAMY1gQYRzIKEAAYsAMY1gQYR0i9C1AAWABwAXgBkAEmAEAoAEAqgEAuAEBYAEAmAIBoAIFmAMA4gMFEgExIECIBgGQBgiSBwExoAcA&sclient=gws-wiz-serp](https://www.google.com/search?q=mapa+de+cajazeiras+pb&sca_esv=fc2e42ae252a1d83&biw=1528&bih=704&sxsrf=ADLYWIJtgKLSBf6kYjPH8e7u1LMRyfQs_A%3A1731079823608&ei=jy4uZ-TuJLuz5OUP-ftZuQc&oq=mapa+da+zona+rural+de+cajazerias&gs_lp=Egxnd3Mtd2l6LXNlcnAiIG1hcGEgZGEgem9uYSBydXJhbCBkZSBjYWphemVyaWFzKgIIADIKEAAYsAMY1gQYRzIKEAAYsAMY1gQYRzIKEAAYsAMY1gQYRzIKEAAYsAMY1gQYRzIKEAAYsAMY1gQYRzIKEAAYsAMY1gQYRzIKEAAYsAMY1gQYRzIKEAAYsAMY1gQYR0i9C1AAWABwAXgBkAEmAEAoAEAqgEAuAEBYAEAmAIBoAIFmAMA4gMFEgExIECIBgGQBgiSBwExoAcA&sclient=gws-wiz-serp). Acesso em: setembro de 2024.

GRISA, Catia et al. **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl.1.2014.

HISTÓRIA FM 134: **Trabalhismo: das origens ao seu desenvolvimento no Brasil**. Entrevistador: Icles Rodrigues. Entrevistado: Reinaldo Lohn. [S.l.] Leitura Obrigatória, 01 mai. 2023. Podcast. Disponível em <<https://leituraobrigahistoria.com/podcast/trabalhismo-das-origens-ao-seu-desenvolvimento-no-brasil/>>. Acesso em: 05 de maio 2024.

Homenagem a Tarcísio Burity. A união. João Pessoa. 8 de julho de 2009. Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao/2011-a-2015/2009/edicoes-especiais/especial-burity-08-07-2009.pdf. Acesso em 02 de setembro de 2024.

IPEA. **Desafios contemporâneos na gestão das Regiões Metropolitanas.** Brasília: IPEA, 2011 (Comunicado 116).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cajazeiras-PB.1.1, [s.l],2022

-----. **Censo Agropecuário 2017.** Rio de Janeiro: IBGE. 2017

-----. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010.shtm>. Acesso em: 5 de agosto. 2024

-----. **Censo Brasileiro de 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2022.shtm>. Acesso em: 5 de agosto. 2024.

Investimentos. A união. João Pessoa. 12 de maio de 2006. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjpid7HsM2JAxXIGLkGHR4MED8QFnoECAwQAQ&url=https%3A%2F%2Fauniao.pb.gov.br%2Fservicos%2Fcopy_of_jornal-a-uniao%2F2006-1%2Fmaio%2Fa-uniao-12-05.2006%2F%40%40download%2Ffile%2F20060512.pdf&usg=AOvVaw3p86vkSH_b0c7TIDpHX4sX&opi=89978449. Acesso em 10 de setembro de 2024.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 7 ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2012.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar.** Tradução: André Villalobos. Record. Rio de Janeiro: 1993.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

MACEDO, Rodolfo Noberto de. **Região metropolitana de Barra de Santa Rosa-PB: questionamentos sobre o seu qualitativo metropolitano.** 2018. 50f. Trabalho de Conclusão

de Curso (Licenciatura em Geografia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2017.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 1985.

MPT inaugura painéis solares na Associação de Produtores Rurais de Cajazeiras e Laboratório que aproveita caroços do cajá na produção de alimentos e no desenvolvimento de um enxaguante bucal.MPT. 31 de outubro de 2023. Disponível em:<https://www.prt13.mpt.mp.br/8-institucional/1964-mpt-inaugura-paineis-solares-na-associacao-de-produtores-rurais-de-cajazeiras-e-laboratorio-que-aproveita-carocos-do-caja-na-producao-de-alimentos-e-no-desenvolvimento-de-um-enxaguante-bucal>. Acesso em: 10 de julho de 2024.

OLIVEIRA, Araly Cristina de. **OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: A SITUAÇÃO DOS AFRODESCENDENTES NO BRASIL APÓS A ABOLIÇÃO –1889-1930.** (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Goiás. Goiás, 2017.

Paraíba. **Coligação juntos pela Paraíba.** [s.l].2022

----- . Gerência Executiva Estadual de Proteção e Defesa Civil do Estado da Paraíba - GEEDEC-PB. **Relatório de Estiagem (2012 / 2015).** Relatório Interno. 2016. 16p.

----- . **Programa de Governo da Coligação a força do Trabalho.** [s.l].2018.

PATARRA, Neide Lopes. **Movimento Migratório: características e tendências recentes.** Travessia (São Paulo), São Paulo, 1983.

Queiroz, Rachel de. **O quinze.** Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2012.

REMOND, René. **Por uma História Política.** 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROCHA, Joana Raquel Alves. **Uma histografia da seca: de fenômeno climático á construção política.** 2015. 46f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2015.

RODRIGUES, Luana Louyse Martins. **Terra que brota Margaridas e encerra vidas: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano.** (Dissertação de

Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba- João Pessoa-PB, 2018. Págs. 116-140, 374.

ROLIM, Fernanda de Souza. **A problemática da destinação dos resíduos sólidos na zona rural: um estudo de caso no sítio Boi Morto do município de Cajazeiras - Pb.** 2015. 61f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2015.

SANTANA, Andressa Martins. **No sábado eu vou para a feira: memórias e resistência cultural em Cajazeiras (1970-2016).** 2017. 112f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2017.

SANTOS, Maria do Socorro dos. **Cidade e campo no brejo paraibano: um olhar sociológico sobre Lagoa Seca.** 2000. 219f. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural), Curso de Mestrado em Sociologia Rural, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande - PB -Campus II - Brasil,2000.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **O que teve de reforma agrária no governo lula?** Revista de geografia agrária, v.6, n.12, p.63-78, ago.,2011.

SEVERO, Marconi. **A Classe Média Rural Brasileira e o Agronegócio: Cooptação e Hegemonia.** Lua nova, São Paulo, 120,2023.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE CAJAZEIRAS PARAÍBA – SUA HISTÓRIA Cajazeiras-PB, [s.d].

SILVA, Jorge Luiz Mariano, NEDER; Henrique Dantas. **Pobreza e Distribuição de Renda em Áreas Rurais: uma abordagem de Inferência.** Rio de Janeiro, 2004, p.478.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária.**1 ed. Brasiliense, [s.l], 1980.

SILVA, Marina. **Meio Ambiente na Constituição de 88 - lições da História.** [s.l], [s.d]

SOUZA, Gerlane Espedita de. **Estratégias de convivência com o semiárido brasileiro no Sítio Cocos, na zona rural do município de Cajazeiras-PB.** 2017. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2017.